

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	557
Decisão CEA/SP nº	244/2018
Referência:	Processo nº SF-1958/2017
Interessado(a):	ANGELO FRANCISCO BOTARO

EMENTA: Arquivo o processo e dá outras providências.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 30 de Agosto de 2018, apreciando o processo **SF-1958/2017** que trata de denúncia feita pelo Senhor Viomar Gomes São Bento, contra o Eng. Agr. Angelo Francisco Borato, registrado junto ao CREA-SP com o nº 0700132818, informando o denunciante que o profissional em questão emitiu laudo técnico sem a devida emissão de ART, em desacordo com a Lei Federal nº 6496/77 e o art. 1º da Resolução nº 1025 e que o laudo estaria incorreto. Considerando que o denunciante afirma que o Laudo elaborado pelo profissional interessado apresenta informações incorretas sobre a abertura de porteira, vez que não estava presente por ocasião do fato e, ainda, apresenta informações em desacordo com o contrato particular de parceria agrícola. Considerando que o profissional foi notificado para se manifestar formalmente a respeito da denúncia, bem como apresentar a ART do Laudo Técnico elaborado da Propriedade denominada Sítio Pinheiro, no município de Palestina - SP, sob pena de infração ao artigo 1º da Lei 6496/77 no valor de R\$ 646,39. Considerando que o profissional se manifestou, esclarecendo que, por descuido não havia elaborado a ART devida no momento da elaboração do Laudo Técnico, mas que a mesma já estava cadastrada com o nº 28027230172671691 e registrada em 20.10.2017. Considerando que o Engenheiro Agrônomo diz que a manifestação do Senhor Viomar não procede, pois o trabalho é consistente, ratificando a emissão do referido laudo. Considerando que constam do processo a cópia do Laudo Técnico emitido, cópia da contestação à ação de indenização, cópia do Contrato Particular de Parceria Agrícola entre o Sr. Viomar Gomes São Bento e o Sr. José Valter Ferreira. Considerando as pesquisas feitas no sistema Creanet e Sipro, Resumo do Profissional, Consulta ART e listagem de processos, além das notificações feitas aos interessados. Considerando que o processo é enviado à CEA para análise e deliberações. Considerando a Lei Federal nº 5194/66 que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro Agrônomo, e dá outras providências, nos art. 45 e 46 principalmente. Considerando a Lei Federal nº 6.496/77, que Institui a Anotação de Responsabilidade Técnica na prestação de serviços de engenharia, de arquitetura e agronomia; autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA, de uma Mútua de Assistência Profissional, e dá outras providências, em especial os artigos 1º, 2º e 3º. Considerando a Resolução 1004/03, do CONFEA, que aprova o Regulamento da Condução do Processo Ético Disciplinar, em especial o artigo 8º. Considerando a Instrução Nº 2559/13 do CREA-SP que dispõe sobre procedimentos para a

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

tramitação de denúncias e de processo Ético-Disciplinar no Crea-SP. Considerando a Resolução nº 1.025/09, que dispõe sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica e o Acervo Técnico Profissional, e dá outras providências, em especial os artigos 2º, 3º, 4º, 28 e 72. Considerando que em função da legislação o profissional, neste caso, poderia ser enquadrado no art. 1º da Lei Federal nº 6.496/77, porém, uma vez notificado, o Eng. Agr. Angelo Francisco Borato reconheceu o erro e emitiu, dentro do prazo previsto na notificação, a ART do serviço prestado, que regularizou o serviço com o sistema CONFEA/CREA. Considerando que quanto à veracidade das informações contidas no Laudo Técnico, que ora compõe peça de um processo judicial, de ação de indenização entre o denunciante e o contratante do laudo, não cabe ao Crea, entrar no mérito. Considerando que o processo foi destacado e discutido pela Câmara Especializada de Agronomia. DECIDIU: **Aprovar o parecer da relatora pelo arquivamento do processo, uma vez que o profissional Eng. Agr. Angelo Francisco Borato regularizou sua situação junto ao Crea, com a emissão da ART pelo serviço prestado, dentro do prazo estipulado na notificação.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Rogério Teixeira Duarte, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Percin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Agr. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agr. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agr. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Com os votos contrários dos conselheiros Eng. Agr. Ricardo Victória Filho e Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio. Não havendo abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de setembro de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	557
Decisão CEA/SP nº	245/2018
Referência:	Processo nº A-739/2010 V4
Interessado(a):	MARCELO DE OLIVEIRA GARCIA

EMENTA: Emitir Certidão de Acervo Técnico - CAT, com registro de atestado – atividade concluída em nome do profissional Engenheiro Agrônomo Marcelo de Oliveira Garcia.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 30 de Agosto de 2018, apreciando o processo **A-739/2010 V4** que trata requerimento do profissional Engenheiro Agrônomo Marcelo de Oliveira Garcia solicitando a emissão de Certidão de Acervo Técnico – CAT, com registro de atestado – Atividade Concluída. Considerando que o processo encaminhado à Câmara Especializada de Agronomia, para análise e manifestação face aos serviços executados pelo profissional Engenheiro Agrônomo Marcelo de Oliveira Garcia e suas atribuições. Considerando que o Engenheiro Agrônomo Marcelo de Oliveira Garcia, registrado no CREA/SP sob o n.º 5062290842, com atribuição do art. 05, da Resolução 218/73, do CONFEA. Considerando a Cópia da ART 28027230172235257, na qual relata no campo 4. Assessoria, Fiscalização, controle ambiental, em 18,4 km, e no campo 5. Supervisor ambiental na prestação de serviços técnicos de engenharia para apoio à fiscalização, supervisão e acompanhamento das obras de implantação dos contornos norte e sul de Caraguatatuba a São Sebastião, Empreendimento Nova Tamoios. Consorcio SISCON-PRODEC 020-LT2. Considerando que em consulta a ART, no sistema do CREA/SP, consta ART vinculada n.º 92221220151120861 (equipe vinculada), emitida pelo responsável técnico Engenheiro Civil Reynaldo Cosati Medeiros. Considerando que consta ainda atestado de atividade técnica emitido pela Contratante: DERSA – Desenvolvimento Rodoviário S.A, Empreendimento: Nova Tamoio Contornos, Contratada: Consorcio Siscon Prodec 020 LT2 – CNPJ: 42.565.325/0001-61, no qual anota como membro da equipe técnica o Engenheiro Agrônomo Marcelo de Oliveira Garcia, função Co-Responsável Técnico e Supervisor Ambiental. Considerando a Lei n.º 5.194/66, em especial o artigo 45. Considerando a Lei nº 6.496/77 que institui a "Anotação de Responsabilidade Técnica" na prestação de serviços de Engenharia, de Arquitetura e Agronomia; autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA, de uma Mútua de Assistência Profissional, e dá outras providências, em especial os artigos 1º e 2º. Considerando a Resolução nº 1.025/09, que dispõe sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica e o Acervo Técnico Profissional, e dá outras providências, em especial os artigos 4º, 25, 26, 27, 28, 47, 51, 57, 58, 59 e 63. Considerando a Resolução 218/73 do Confea que discrimina atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia, em especial os artigos 1º e 5º. DECIDIU: **Pela emissão**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

da Certidão de Acervo Técnico - CAT, com registro de atestado – atividade concluída em nome do profissional Engenheiro Agrônomo Marcelo de Oliveira Garcia. Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Rogério Teixeira Duarte, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de setembro de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	557
Decisão CEA/SP nº	246/2018
Referência:	Processo nº A-530/2014
Interessado(a):	ELCIO GONZALEZ LOPES FILHO

EMENTA: Concorda com a decisão Decisão CEEC/SP nº348/2018 uma vez que a atividade de paisagismo é atribuição exclusiva de Engenheiros Agrônomos e/ou Florestais no âmbito do Sistema Confea-Crea e dá outras providências.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 30 de Agosto de 2018, apreciando o processo **A-530/2014** que trata de requerimento do Engenheiro Civil Élcio Gonzalez Lopez Filho de Certidão de Acervo Técnico para registro de atestado – Atividade Concluída, referente às ARTs de nº 92221220131646373 e ART nº 92221220141582546. Considerando que a ART nº 92221220141582546 é de substituição/retificadora à primeira, na qual consta como atividade técnica a execução de edificação de materiais mistos, pública, de 302,09 metros quadrados. Considerando que foram apresentados Atestado de Capacidade Técnica emitido pela contratante, em 18/12/2014, e assinado pelo Eng. Civil Edivaldo Donizete Contel, atestando a execução, pela empresa MAGON, do objeto contratual – execução de obras visando a construção do prédio que abrigará a Delegacia de Polícia de Brejo Grande – SP, descrevendo os serviços executados, entre eles um item de Paisagismo. Considerando que no atestado estão relacionadas as atividades de preparo de terreno, de canteiros para plantio, 288,97 m², adubagem com NPK – 100 Kg, plantio de grama (276,47 m²), plantio de lírios de rizoma, maria sem-vergonha, 15 tibouchinas granulosa e 21 palmeiras imperiais. Considerando que a UGI solicitou ao interessado declaração se foi o responsável pelos serviços de paisagismo do atestado e, se negativo, informar o nome do profissional ou empresa responsável. Considerando que o Eng. Civil Élcio G. Lopes Filho assumiu ter sido o responsável técnico pelo trabalho. Considerando que a UGI de São José do Rio Preto encaminhou o processo à CEEC e, posteriormente à CEA para manifestação quanto às atividades técnicas executadas pelo requerente e suas atribuições na CAT requerida. Considerando que a CEEC decidiu por meio da Decisão CEEC/SP nº348/2018 – “Pelo deferimento da solicitação de emissão e registro de Certidão de Acervo Técnico –CAT, referente às ARTs de nº 92221220131646373 e de nº 92221220141582546, exceto para as atividades de paisagismo constantes do item 13.4 e seus sub-itens do Atestado de Capacidade Técnica”. Considerando que o processo foi encaminhado para a Câmara Especializada de Agronomia para manifestação. Considerando os documentos anexados aos autos do processo, entre eles o Atestado de Capacidade Técnica emitido pela Polícia Civil do Estado de São Paulo.

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Considerando Lei Federal nº 5.194/66. Considerando a Lei Federal nº 6.496/77. Considerando a Resolução 1025/09 do Confea, em especial o artigo 63. Considerando o Manual de Procedimentos Operacionais (MPO) – Anexo da Decisão Normativa Nº 85/11 do Confea. Considerando a Resolução no 1.073/16, do CONFEA, que regulamenta a atribuição de títulos, atividades, competências e campos de atuação profissional aos profissionais registrados no Sistema Confea/Crea para efeito de fiscalização do exercício profissional no âmbito da Engenharia e Agronomia, em especial os artigos 4º, 5º, 8º e 9º. Considerando que os profissionais habilitados dentro do Sistema Confea – Crea para o serviço de paisagismo em questão podem ser Engenheiros Agrônomos e Engenheiros Florestais, não cabendo ao Engenheiro Civil tal atribuição. DECIDIU: **1) Por concordar com a decisão da CEEC - Decisão CEEC/SP nº348/2018, uma vez que a atividade de paisagismo é atribuição exclusiva de Engenheiros Agrônomos e/ou Florestais no âmbito do Sistema Confea-Crea. 2) Pela abertura de processo de exorbitância de atribuição em nome do profissional Engenheiro Civil Élcio Gonzalez Lopez Filho, nos termos da alínea “b” do artigo 6º da Lei 5.194/66.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Rogério Teixeira Duarte, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Agr. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agr. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agr. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de setembro de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	557
Decisão CEA/SP nº	247/2018
Referência:	Processo nº A-685/2016 V4
Interessado(a):	THIAGO FANTUS RIBEIRO

EMENTA: Defere a emissão de ART de regularização de obra e serviço pelo profissional Engenheiro Agrônomo Thiago Fantus Ribeiro.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 30 de Agosto de 2018, apreciando o processo **A-685/2016 V4** que trata do pedido de regularização de obra/serviço concluído sem a devida ART pelo profissional Engenheiro Agrônomo Thiago Fantus Ribeiro. Considerando o requerimento de regularização de obra/serviço concluído sem a devida ART feito pelo profissional interessado. Considerando o rascunho de ART localizador LC24431673, referente à regularização da obra/serviço tendo o interessado como responsável técnico, contendo as seguintes informações: Contratante: Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé; Atividade Técnica: Coleta de dados "Elaboração de laudo de caracterização da vegetação", "Elaboração de processos de licença de execução e serviços na área ambiental", "Levantamento topográfico". Observações: "Catálogo e classificação da vegetação, levantamento planialtimétrico cadastral e coleta de dados nas margens do Córrego Moinho das Pedras em Tremembé/SP. Licenciamento ambiental junto da Companhia de tecnologia e saneamento Ambiental CETESB". Contratada: Vallenge Consultoria, Projetos e Obras LTDA. Considerando que foi apresentada cópia de Atestado Técnico, assinado Eduardo Miralha Rodrigues (CREA 5063539021), constando nome do profissional interessado Thiago Fantus Ribeiro, como membro da equipe técnica. Considerando o Contrato de compromisso de prestação de serviços entre o interessado e a empresa contratada e o comprovante de pagamento da Certidão de Acervo Técnico. Considerando a notificação para correção da ART nos campos: endereço, obra e serviço e data de término da obra /serviço. Considerando o resumo do profissional extraído do sistema de dados do Conselho, no qual se verifica que o mesmo está devidamente registrado com título de Engenheiro Agrônomo e atribuições da Resolução 218/73 do CONFEA e do Decreto 23.1619/33. Considerando o Resumo da empresa extraído do sistema de dados do Conselho, no qual se verifica que a mesma está registrada e consta em seu quadro técnico responsáveis técnicos das modalidades: Engenharia civil, Engenharia Sanitarista e Ambiental e Engenharia Elétrica –Eletrônica. Considerando que a UGI Taubaté informa que a documentação apresentada atende ao disposto na Resolução 1050/2013 do CONFEA e no ato administrativo nº 29/15 deste CREA-SP e o despacho do chefe da UGI Taubaté encaminhando o presente processo à Câmara Especializada de Agronomia, para análise e referendo. Considerando a Cópia da ART de obra e serviço 28027230180440212 de cargo e Função. Considerando a Lei 5.194/66 em especial o Art.45. Considerando o Art. 28

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

da Lei 6.496/77. Considerando a Resolução 1025/09 do CONFEA, em especial os artigos 2º e 28. Considerando a Resolução nº 1.053/13 do CONFEA, em especial o artigo 4. Considerando que o responsável pela UGI de Taubaté deferiu a solicitação. DECIDIU: **Defere a emissão de ART de regularização de obra e serviço pelo profissional Engenheiro Agrônomo Thiago Fantus Ribeiro.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Rogério Teixeira Duarte, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Percin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de setembro de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	557
Decisão CEA/SP nº	248/2018
Referência:	Processo nº C-58/2018
Interessado(a):	ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL "SEBASTIANA AUGUSTA DE MORAES"

EMENTA: Cadastra o curso de Técnico em Agronegócio da ETEC Sebastiana Augusto de Moraes de Andradina/SP e dá outras providências.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 30 de Agosto de 2018, apreciando o processo **C-58/2018** que trata de cadastramento do curso de Técnico em Agronegócio da ETEC Sebastiana Augusto de Moraes de Andradina/SP, e fixação atribuições aos formandos no período de 2013/2 a 2017/2. Considerando o Ofício nº 137/2017, da instituição de ensino, solicitando o cadastramento do curso neste conselho. Considerando que a primeira turma de formandos do referido curso ocorreu em 18 de dezembro de 2013. Considerando que houve alteração na matriz curricular, conforme Portaria CETEC nº 191. Considerando as Cópias das publicações no Diário oficial das Portarias CETEC de números 19, 156, 191 e 752, todas aprovando o Plano de Curso técnico em Agronegócio, para implantação na rede de escolas do CEETEPS. Considerando os Planos de curso de Técnico em Agronegócio, do CEETEPS, nº 39, aprovado pela portaria CETEC nº 19 e nº 230, aprovado pelas portarias CETEC 191 e 752 contendo ambas, inclusive, perfil profissional de conclusão e organização curricular, com competências, habilidades e basea tecnológicas, com elementos curriculares diferentes, mas a mesma carga horária total de 1.500 horas. Considerando os Formulários previstos na Resolução 1073/16, do Confea: 'A' – para cadastramento de instituição de ensino e "B" – para cadastramento de curso. Considerando as copias referentes ao cadastramento do curso, no sistema de dados do CREA/SP, com atribuições para os concluintes de 2013/2 a 2017/2, provisórias do Decreto nº 90.922/85, alterado pelo Decreto 4560/02. Considerando a Lei 5.194/66, em especial os artigos 46 e 84. Considerando a Resolução nº 1.007/03 do Confea, que dispõe sobre o registro de profissionais, em especial o artigo 11. Considerando a Resolução nº 1.073/1616 do Confea, que regulamenta a atribuição de títulos, atividades, competências e campos de atuação profissionais aos profissionais registrados no Sistema Confea/Crea para efeito de fiscalização do exercício profissional no âmbito da Engenharia e da Agronomia, em especial o artigo 3º. Considerando a Resolução nº 1.073/16 em especial os artigos 4º, 5º e 6º. Considerando a Resolução nº 473/02 do Confea, que dispõe sobre os títulos profissionais do sistema CONFEA/CREA, em especial o artigo 1º. Considerando o Decreto nº 90.922/85 que Regulamenta a Lei nº 5.524/68, que "dispõe sobre o exercício da profissão de técnico industrial e técnico agrícola de nível médio ou de 2º grau, em especial os artigos 3º, 4º e 5º. Considerando a Decisão Plenária PL-1.333/2015 do Confea, que revoga as

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

PL-0087/2004 e PL-1570/2004, decidiu que os CREAs que quando do cadastramento de cursos devem ser observadas as cargas horárias estabelecidas pelos normativos editados pelo Ministério da Educação. Considerando que o título de Técnico em Agronegócio consta no anexo da Resolução nº 473/02, do Confea. Considerado que a carga horaria do curso de habilitação profissional de técnico em agronegócio apresentada pela instituição de ensino, atende as exigência do ministério da educação. Considerando que a Câmara Especializada de Agronomia, tem competência dentre outras para apreciar e julgar pedidos de registros de profissionais e entidades de ensino a nível técnico ou superior, além de também ter a competência de atribuir o título, as atividades e as competências profissionais em função da qualificação acadêmica do egresso. Considerando que o processo foi destacado e discutido pela Câmara Especializada de Agronomia. **DECIDIU: Pelo cadastramento do curso de Técnico em Agronegócio da ETEC Sebastiana Augusto de Moraes de Andradina/SP, conceder aos formandos no período de 2013/2 a 2017/2 as atribuições “do artigo 2º da Lei Nº 5.524/68 e dos artigos 3º, 6º e 7º do Decreto Nº 90.922/85, circunscritas ao âmbito dos respectivos limites de sua formação”, com o título profissional de “Técnico(a) em Agronegócio” (código 313-29-00 da Tabela de Títulos Profissionais do CONFEA - Anexo da Resolução 473/02).** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Rogério Teixeira Duarte, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Agr. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agr. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agr. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de setembro de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	557
Decisão CEA/SP nº	249/2018
Referência:	Processo nº C-403/2018
Interessado(a):	UNIVERSIDADE PAULISTA - CAMPUS CIDADE UNIVERSITÁRIA

EMENTA: Cadastra o Curso Tecnologia em Gestão do Agronegócio, Modalidade EAD, no CREA-SP, ministrado pela Universidade Paulista/UNIP - Campus Cidade Universitária e dá outras providências.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 30 de Agosto de 2018, apreciando o processo **C-403/2018** que trata do pedido de cadastramento e fixação das atribuições para suas turmas formadas em 2016 e 2017 do curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio, Modalidade EAD, da UNIP – Campus Cidade Universitária - São Paulo, SP. Considerando o Ofício da instituição de ensino solicitando o cadastramento do curso e a fixação de atribuições para os seus egressos, e informando que a documentação apresentada se refere às turmas de formandos que colaram grau em 2016 e 2017, e que a primeira turma concluiu o curso em dezembro de 2016 e não houve alteração na grade curricular e no corpo docente dos formandos de 2017 (2017/1 e 2017/2). Considerando os Formulários “A” e “B” previstos na Resolução nº 1073, do Confea: “A” – para cadastramento da instituição de ensino, e o “B” – para cadastramento dos cursos da instituição de ensino. Considerando a Matriz Curricular dos formandos de 2016 e 2017. Considerando que o curso é ministrado em 06(seis) semestres, com carga horária total de 2.520 horas, inclusas 120 horas de Atividades Complementares. Considerando os Planos de Ensino, com cargas horárias, ementas e bibliografia das disciplinas relacionadas na matriz acima citada. Considerando a Relação dos professores do curso do ano grade 2014.1. Considerando as Cópias das publicações no Diário Oficial das Portarias do MEC, destacando-se: nº 550, de 08.1988 reconhecendo a UNIP; nº 1.341, de 28.11.2016 - reconhecendo a UNIP situada na Av. Torres de Oliveira, 330- Bairro Jaguari – São Paulo, SP, pelo prazo de 8 anos; nº 188, de 03.02.2017 reconhecendo, para a oferta de cursos superiores de modalidade à distância, a UNIP-SP e nº 192, de 22.03.2017 reconhecendo os cursos superiores na modalidade à distância de História e de Agronegócio(Tecnológico) da UNIP. Considerando as cópias das Resoluções CONSUNI nº 20130919, de 19.09.2013 – autorizando para o processo seletivo 2014-1º semestre, para a modalidade de Educação à Distância-EAD o curso Superior de Tecnologia Agronegócio, de 3 anos e nº 170208/4, de 08.02.2017 – alterando a denominação do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio para Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio, de acordo com o CNCT, versão 2016, 3ª edição e a Portaria Ministerial nº 413, de 11.05.2016. Considerando a Tela Lista de Cursos de Instituição de Ensino do sistema de dados do Crea-SP, na qual se verifica que a UNIP-Campus Cidade Universitária já está incluída, contudo, não o

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

curso de Tecnologia em Gestão do Agronegócio. Considerando a Cópia da tabela anexa à Resolução nº 473/02, do CONFEA, na qual se verifica que não consta o título profissional Tecnólogo em Gestão do Agronegócio, constando, contudo, por similaridade, o título Tecnólogo(a) em Agronegócios (código 312-29-00). Considerando a Lei Federal nº 5.194/66, em especial a alínea “d” do artigo 46. Considerando a Resolução nº 1.007/03 do CONFEA, que dispõe sobre o registro de profissionais, aprova os modelos e os critérios para expedição de Carteira de Identidade Profissional e dá outras providências, em especial o artigo 11. Considerando a Resolução nº 473/02 do CONFEA, que institui Tabela de Títulos Profissionais na qual verifica-se que o título de Tecnólogo(a) em Agronegócio consta no Anexo da Resolução 473/02 do CONFEA como segue: Grupo: Agronomia; Modalidade: Agronomia; Nível: Tecnológico; Código: 312-29-00. Considerando a Resolução nº 313/86 do CONFEA, que dispõe sobre o exercício profissional dos Tecnólogos das áreas submetidas à regulamentação e fiscalização instituídas pela Lei nº 5.194, de 24 DEZ 1966, e dá outras providências, em especial os artigos 3º e 4º. Considerando que o processo foi destacado e discutido pela Câmara Especializada de Agronomia. **DECIDIU: 1) Pelo cadastramento do Curso Tecnologia em Gestão do Agronegócio, Modalidade EAD, no CREA-SP, ministrado pela Universidade Paulista/UNIP - Campus Cidade Universitária; 2) Por conceder aos formados nos anos letivos de 2016 e 2017 do Curso Tecnologia em Gestão do Agronegócio – ministrado pela UNIP/Campus Cidade Universitária, atribuições do artigo 3º e 4º da Resolução no 313/86 do CONFEA e 3) O título profissional a ser atribuído por similaridade ao encontrado na Tabela de Títulos Profissionais da Res. 473/02 do CONFEA é “Tecnólogo(a) em Agronegócios” (código 312-29-00).** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Rogério Teixeira Duarte, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glaucio Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Agr. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agr. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agr. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de setembro de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	557
Decisão CEA/SP nº	250/2018
Referência:	Processo nº C-347/1984 V5 P1
Interessado(a):	UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

EMENTA: Fixa atribuições aos formados nos anos letivos de 2014 a 2017 no curso Agronomia da Universidade de Taubaté – UNITAU, de Taubaté/SP.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 30 de Agosto de 2018, apreciando o processo **C-347/1984 V5 P1** que trata da revisão anual de atribuições dos formados nos anos letivos de 2014 a 2017 do curso em Agronomia da Universidade de Taubaté. Considerando que não consta no presente processo decisão quanto às últimas atribuições concedidas pela Câmara Especializada de Agronomia para o curso em questão. Considerando que a UGI foram concedidas para a turma de 2013 as atribuições com código R002180500001 - do artigo 5º da Resolução nº 218, de 29.06.1973, do CONFEA. Considerando o Ofício AGR-0002/2018, de 15.02.2018, da instituição de ensino, declarando que houve alteração curricular do curso de Agronomia da UNITAU no período de 2014 a 2017, em relação ao último documento enviado em 2013. Considerando que foi apresentada a grade curricular e respectivo conteúdo programático anterior e a nova grade curricular e o respectivo conteúdo programático vigente. Considerando as Grades Curriculares para os ingressantes a partir de 2013 e para os alunos ingressantes em turmas em andamento a partir de 2013 ambas com o mesmo conteúdo e carga horária - total de 3.990 horas, divergindo apenas quanto às fases/períodos das disciplinas. Considerando o formulário B previsto na Resolução 1073/16, do Confea - para cadastramento de cursos. Considerando a Relação dos professores das matérias profissionalizantes no ano de 2017. Considerando a Lei nº 5.194/66 que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo e dá outras providências. Considerando o Decreto Federal nº 23.196/33 que regula o exercício da profissão agrônoma e dá outras providências. Considerando o artigo 11 da Resolução nº 1.007/03, do Confea. Considerando os artigos 3º, 4º, 5º e 6º da Resolução nº 1073/16, do Confea. Considerando os artigos 1º e 2º da Resolução nº 1.057/14, do Confea. Considerando a Resolução nº 473/02 do Confea, que institui a Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea e dá outras providências. Considerando a Resolução nº 218/73 do Confea que discrimina atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia. Considerando a PL-1333/2015 do Confea que decidiu revogar as Decisões Plenárias PL-0087/2004 e PL-1570/2004 e que esclarece aos Crea que quando do cadastramento de cursos devem ser observadas as cargas horárias estabelecidas pelos normativos do Ministério da Educação em vigor, respeitando-se os períodos de transição quando previstos nas resoluções e que o curso de Agronomia da UNITAU com 3.990 h, atende

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

ao mínimo de 3600 h constante na Resolução CNE/CES nº 02, de 2007. Considerando que as alterações da matriz curricular do curso de Agronomia da UNITAU no período de 2014 a 2017, em relação ao último documento enviado em 2013, não interferiram na organização curricular e que está coerente com as competências requeridas pelo perfil de conclusão proposto pelo curso. Considerando que o processo foi destacado e discutido pela Câmara Especializada de Agronomia. DECIDIU: **por conceder aos formados nos anos letivos de 2014 a 2017 no curso Agronomia da Universidade de Taubaté – UNITAU, de Taubaté/SP, as atribuições “previstas no Decreto 23.196, de 12 de outubro de 1933, bem como as previstas no art. 7º da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, para o desempenho das competências relacionadas no art. 5º da Resolução nº 218, de 29 de junho de 1973, do CONFEA, com o título profissional de ENGENHEIRO(A) AGRÔNOMO (código 311 – 02 – 00) da Tabela de Títulos do CONFEA - Anexo da Resolução 473/02).”, com o título profissional de “Engenheiro(a) Agrônomo(a)” (código 311-02-00 da Tabela de Títulos Profissionais do CONFEA - Anexo da Resolução 473/02).** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Rogério Teixeira Duarte, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Percin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de setembro de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	557
Decisão CEA/SP nº	251/2018
Referência:	Processo nº C-128/2018
Interessado(a):	IBRAP - INSTITUTO BRASILEIRO DE PAISAGISMO

EMENTA: Cadastra o Curso Técnico em Paisagismo – Eixo Tecnológico Produção Cultural e Design do IBRAP – Instituto Brasileiro de Paisagismo e da outras providências.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 30 de Agosto de 2018, apreciando o processo **C-128/2018** que trata do cadastramento e fixação de atribuições formandos da 1ª turma do curso de Técnico em Paisagismo - Eixo Tecnológico: Produção Cultural Design do IBRAP - os formandos da 1ª turma do curso. Considerando o Ofício do IBRAP solicitando o cadastramento da instituição de ensino e do curso de Técnico em Paisagismo, e informando que o curso é semestral e a primeira turma se formou em dezembro de 2017. Considerando as cópias das publicações no Diário Oficial das Portarias DRE de número 48, de 21.11.2016, encerrando as atividades do IBRAP da Rua Luís Coelho, 223, Consolação, São Paulo, SP e número 28, de 13.09.2017, autorizando a instalação e o funcionamento do IBRAP situado na Rua da Consolação, 1992, 7º e 9º andares, Consolação, São Paulo, SP, com o curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio - Curso Técnico em Paisagismo eixo Tecnológico: Produção Cultural e Design. Considerando o Plano Escolar 2017. Considerando a Matriz curricular 2017, homologada em 02.09.2017 para o curso ministrado em 04 (quatro) módulos semestrais, com carga horária total de 1.200 horas, inclusas 400 horas de estágio supervisionado e atividades complementares. Considerando Plano de Curso, aprovado em 14.09.2017, contendo justificativas, objetivos, organização curricular (com os conteúdos dos seus componentes) e perfil profissional de conclusão do curso. Considerando que foi preenchido o Formulário "B" previsto na Resolução nº 1073/16, do CONFEA - para cadastramento dos cursos da instituição de ensino. Considerando a Relação do corpo docente, com a respectiva informação de cadastro. Considerando a Relação de concluintes do curso, em dezembro de 2017. Considerando a Declaração da Diretoria de ensino - Região Centro, datada de 05.03.2018, quanto a situação regular da escola e do curso. Considerando a Tela "Pesquisa de Atribuição de Curso", na qual se verifica que a UGI anotou para os formados do curso, em 2017/2, as atribuições do Código 090922000251, nos termos da Instrução nº 2565, do Crea-SP. Considerando que o curso foi cadastrado em 27.03.2018, com as atribuições do Decreto 90.922/85, alterado pelo Decreto 4560/02, Art. 3º, 4º e 5º, incisos I, IV e V, Art. 6º, Incisos I, 11,111,VI a, b, c, d, e, g, VII, IX, XV, XVI e XXXI, Art. 7º, nos termos da Instrução 2565. Considerando a Lei nº 5.194/66 que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo e dá outras providências.

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Considerando a Lei nº 5.524/68 que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial e Agrícola de nível médio ou de 2º grau. Considerando que o Decreto nº 4.560/2002 que altera o Decreto nº 90.922/1985, que regulamenta a Lei nº 5.524/1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial e Técnico Agrícola de nível médio ou de 2º grau. Considerando o artigo 11 da Resolução nº 1.007/03. Considerando os artigos 3º, 4º, 5º e 6º da Resolução nº 1073/16, do Confea. Considerando os artigos 1º e 2º da Resolução nº 1.057/14 do Confea. Considerando a PL-1333/2015 do Confea que decidiu revogar as Decisões Plenárias PL-0087/2004 e PL-1570/2004 e que esclarece aos Creas que quando do cadastramento de cursos devem ser observadas as cargas horárias estabelecidas pelos normativos do Ministério da Educação em vigor, respeitando-se os períodos de transição quando previstos nas resoluções (Resolução CNE/CES nº 02, de 2007, Catálogo nacional de Cursos Superiores e Catálogo Nacional de Cursos Técnicos), e que o curso Técnico em Paisagismo – Eixo Tecnológico: Produção Cultural e Design possui 1200 h atendendo ao mínimo de 1200 h constante no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Considerando que o título “Técnico em Paisagismo” consta na Tabela de Títulos Profissionais da Resolução 473/02 - código 313-27-00. Considerando o Mandato de Segurança Coletivo nº 2006.34.00.026625-8 julgado pelo TRF 1ª Região e transitado em julgado em 22/02/2012, que as atribuições devem ser concedidas sem análise curricular, ficando canceladas as restrições das atribuições profissionais, passando a valer as atribuições anotadas nesta data. Considerando que o Confea emitiu o Ofício Circular nº 0493, de 22 de março de 2012, por meio do qual o presidente do Confea informa que transitou em julgado no âmbito da Justiça Federal, expediente autuado e pertinente aos Técnicos Agrícolas, que determinou ao Confea que se abstinhasse de reduzir as atribuições concedidas aos Técnicos Agrícolas pelo Decreto nº 90.922/85. Considerando que em tal documento o presidente também ressaltou que inexistia respaldo administrativo ou legal que garanta atendimento à Decisão Plenária PL-0145/2006 nos casos de análise curricular que tenha o condão de restringir as atribuições profissionais aos Técnicos Agrícolas e Industriais concedidas em Decreto e informou da revogação da PL – 0145/2006. Considerando que de seu turno, a Procuradoria Jurídica do Confea-PROJ salientou o fato de haver orientação do plenário do Confea a todos os Creas no sentido de que as atribuições dos profissionais Técnicos Agrícolas de nível médio devem ser concedidas nos exatos termos do Decreto nº 90.922/1985, sendo vedado aos Creas efetuar análise curricular de tais profissionais para fins de restrição das atribuições previstas no aludido Decreto. Considerando a Deliberação nº 053 de 2017 da CEAP/Confea que ratificou ao Crea/SP o entendimento de que as atribuições dos profissionais Técnicos Agrícolas de nível médio devem ser concedidas nos exatos termos do Decreto nº 90.922/1985, sendo vedado aos Creas efetuar análise curricular de tais profissionais para fins de restrição das atribuições previstas no aludido Decreto. Considerando a Resolução nº 1.073/16 do CONFEA que regulamenta a atribuição de títulos, atividades, competências e campos de atuação profissionais aos profissionais registrados no Sistema Confea/Crea para efeito de fiscalização do exercício profissional no âmbito da Engenharia e da Agronomia. **DECIDIU: Pelo cadastramento do Curso Técnico em Paisagismo – Eixo Tecnológico Produção Cultural e Design do IBRAP – Instituto Brasileiro de Paisagismo e por conceder aos formados no ano letivo de 2017/2 (primeira turma) as atribuições “do artigo 2º da Lei nº 5.524/68 e dos artigos 3º, 6º e 7º do Decreto nº 90.922/85 modificado pelo**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Decreto nº 4.560/02, circunscritas ao âmbito dos respectivos limites de sua formação”, com o título profissional de “Técnico(a) em Paisagismo” (código 313-27-00 da Tabela de Títulos Profissionais do CONFEA - Anexo da Resolução 473/02). Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Rogério Teixeira Duarte, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de setembro de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA

Reunião Ordinária nº	557
Decisão CEA/SP nº	252/2018
Referência:	Processo nº C-860/2013
Interessado(a):	IFSP CAMPUS CARAGUATATUBA

EMENTA: Fixa atribuições aos formados nos anos letivo de 2017 e 2018 do Curso Técnico em Aquicultura do IFSP Campus Caraguatatuba.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 30 de Agosto de 2018, apreciando o processo **C-860/2013** que trata da análise quanto ao referendo das atribuições concedidas aos formados nos anos letivos de 2017 e 2018 do curso de Técnico em Aquicultura do IFSP Campus Caraguatatuba. Considerando que as últimas atribuições concedidas pela Câmara Especializada de Agronomia para o curso em questão foram aquelas definidas através da Decisão CEA/SP nº 134/2017 da reunião de 22/06/2017, ou seja: “por conceder aos formados no ano letivo de 2016, do Curso de Técnico em Aquicultura da IFSP Campus Caraguatatuba, as atribuições “do artigo 2º da Lei nº 5.524/68 e dos artigos 3º, 6º e 7º do Decreto nº 90.922/85 modificado pelo Decreto nº 4.560/02, circunscritas ao âmbito dos respectivos limites de sua formação”, com o título profissional de “Técnico(a) em Aquicultura” (código 313-06-00 da Tabela de Títulos Profissionais do CONFEA - Anexo da Resolução 473/02).” Considerando que a instituição de ensino informou que não houve alteração na grade curricular dos formandos dos anos letivos de 2017 e 2018. Considerando que o processo foi encaminhado à CEA para análise e julgamento quanto às atribuições a serem concedidas aos formados dos anos letivos de 2017 e 2018. Considerando os artigos 46 (alínea “d”) e 84 da Lei Federal nº 5.194/66. Considerando o artigo 11 da Resolução Nº 1.007/03. Considerando os artigos 3º, 4º, 5º e 6º da Resolução Nº 1073/16. Considerando os artigos 1º e 2º da Resolução Nº 1.057/14. Considerando o artigo 2º da Lei Nº 5.524/68. Considerando os artigos 3º, 6º e 7º do Decreto 90.922/85. Considerando que o título “Técnico(a) em Aquicultura” consta na Tabela de Títulos Profissionais da Resolução 473/02 - código 313-06-00. Considerando que a instituição de ensino informou que não houve alteração na grade curricular dos formandos dos anos letivos de 2017 e 2018. DECIDIU: **Por conceder aos formados nos anos letivo de 2017 e 2018 do Curso Técnico em Aquicultura do IFSP Campus Caraguatatuba as atribuições “do artigo 2º da Lei Nº 5.524/68 e dos artigos 3º, 6º e 7º do Decreto Nº 90.922/85, circunscritas ao âmbito dos respectivos limites de sua formação”, com o título profissional de “Técnico(a) em Aquicultura” (código 313-06-00 da Tabela de Títulos Profissionais do CONFEA - Anexo da Resolução 473/02).** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr.



Fls. Nº _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Rogério Teixeira Duarte, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de setembro de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	557
Decisão CEA/SP nº	253/2018
Referência:	Processo nº C-1349/2017 e V2
Interessado(a):	ETEC BENEDITO STORANI

EMENTA: Fixa atribuições aos formados de 2012 a 2016 no curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio da ETEC Benedito Storani, de Jundiaí, SP.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 30 de Agosto de 2018, apreciando o processo **C-1349/2017 e V2** que trata do cadastramento e fixação de atribuições dos anos letivos de 2012 a 2016, do curso Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio da ETEC Benedito Storani, de Jundiaí, SP. Considerando os ofícios da instituição de ensino: nº 128/2012, solicitando o cadastro da Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio de Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, e informando que a primeira turma se formou a partir de 2012; 1.2. nº 215/2017, informando que não houve alterações na grade curricular dos concluintes do ano de 2013 em relação a 2012 e dos concluintes do ano de 2015 em relação a 2014 e houve alterações na grade dos concluintes do ano de 2014 em relação a 2013; e dos concluintes de 2016 em relação a 2015. Considerando as Declarações do CEETEPS, quanto ao funcionamento regular do curso na escola - turmas de 2010/1º semestre a 2012/2º semestre, de 2011 a 2013, 2012 a 2014, 2013 a 2015 e 2014 a 2016. Considerando o Formulário "B" previsto na Res. 1073/16, do CONFEA - para cadastramento de cursos da instituição de ensino. Considerando a Matriz curricular do curso aprovado pela Portaria 21, de 07.01.2009 - 2010 a 2012 - carga horária total de 4.243 horas, sendo 1.699 horas do total de formação profissional. Considerando a Relação de docentes de 2010 a 2012. Considerando os Planos do Curso de nº 68, de 05.01.2009, aprovado pela Portaria CETEC nº 21, de 07.01.2009; nº 181, de 03.10.2011, aprovado pela Portaria CETEC nº 111, de 18.10.2011 e nº 228, de 20.08.2013, aprovado pelas Portarias CETEC nº 192, de 26.09.2013 e nº 754, de 10.09.2015, todos contendo, dentre outras informações, justificativas e objetivos do curso, perfil profissional de conclusão e organização curricular, com competências, habilidades e bases tecnológicas. Considerando que conforme informação da UGI, os documentos de solicitação de cadastro do referido curso foram juntados equivocadamente no Processo C-422/1980 - V3 do mesmo curso de carga horária de 1.600 horas (modular), sendo aberto o presente processo C-349/2017 em 01.12.2017. Considerando a Lei nº 5.194/66 que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo e dá outras providências. Considerando a Lei nº 5.524/68 que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial e Agrícola de nível médio ou de 2º grau. Considerando que o Decreto nº 4.560/2002 que altera o Decreto nº 90.922/1985, que regulamenta a Lei nº 5.524/1968, que dispõe sobre o

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

exercício da profissão de Técnico Industrial e Técnico Agrícola de nível médio ou de 2º grau. Considerando o artigo 11 da Resolução nº 1.007/03. Considerando os artigos 3º, 4º, 5º e 6º da Resolução nº 1073/16. Considerando os artigos 1º e 2º da Resolução nº 1.057/14. Considerando a PL-1333/2015 do Confea que decidiu revogar as Decisões Plenárias PL-0087/2004 e PL-1570/2004 e que esclarece aos Creas que quando do cadastramento de cursos devem ser observadas as cargas horárias estabelecidas pelos normativos do Ministério da Educação em vigor, respeitando-se os períodos de transição quando previstos nas resoluções (Resolução CNE/CES nº 02, de 2007, Catálogo nacional de Cursos Superiores e Catálogo Nacional de Cursos Técnicos), e que o curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio – Eixo Tecnológico: Recursos Naturais atende ao mínimo de 1200h constante no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Considerando que as alterações da matriz curricular do curso de habilitação profissional de Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio da ETEC Benedito Storani referente ao ano letivo de 2011 (Portaria 111) quando comparada a matriz de 2010 a 2012 (Portaria 21/09), do ano letivo de 2013 (Portaria 192) quando comparada a matriz 2011 (Portaria 111) e do ano letivo de 2015 (Portaria 754) quando comparada a matriz de 2013 (Portaria 192), não interferiram na organização curricular que está coerente com as competências requeridas pelo perfil de conclusão proposto pelo curso. - Considerando que o título “Técnico em Agropecuária” consta na Tabela de Títulos Profissionais da Resolução 473/02 - código 313-05-00. - Considerando o Mandato de Segurança Coletivo nº 2006.34.00.026625-8 julgado pelo TRF 1ª Região e transitado em julgado em 22/02/2012, que as atribuições devem ser concedidas sem análise curricular, ficando canceladas as restrições das atribuições profissionais, passando a valer as atribuições anotadas nesta data. Considerando que o Confea emitiu o Ofício Circular nº 0493, de 22 de março de 2012, por meio do qual o presidente do Confea informa que transitou em julgado no âmbito da Justiça Federal, expediente autuado e pertinente aos Técnicos Agrícolas, que determinou ao Confea que se absteresse de reduzir as atribuições concedidas aos Técnicos Agrícolas pelo Decreto nº 90.922/85. Considerando que em tal documento o presidente também ressaltou que inexistia respaldo administrativo ou legal que garanta atendimento à Decisão Plenária PL-0145/2006 nos casos de análise curricular que tenha o condão de restringir as atribuições profissionais aos Técnicos Agrícolas e Industriais concedidas em Decreto e informou da revogação da PL – 0145/2006. Considerando que de seu turno, a Procuradoria Jurídica do Confea-PROJ salientou o fato de haver orientação do plenário do Confea a todos os Creas no sentido de que as atribuições dos profissionais Técnicos Agrícolas de nível médio devem ser concedidas nos exatos termos do Decreto nº 90.922/1985, sendo vedado aos Creas efetuar análise curricular de tais profissionais para fins de restrição das atribuições previstas no aludido Decreto. Considerando a Deliberação nº 053 de 2017 da CEAP/Confea que ratificou ao Crea/SP o entendimento de que as atribuições dos profissionais Técnicos Agrícolas de nível médio devem ser concedidas nos exatos termos do Decreto nº 90.922/1985, sendo vedado aos Creas efetuar análise curricular de tais profissionais para fins de restrição das atribuições previstas no aludido Decreto. Considerando a Resolução nº 1.073/16 do CONFEA que regulamenta a atribuição de títulos, atividades, competências e campos de atuação profissionais aos profissionais registrados no Sistema Confea/Crea para efeito de fiscalização do exercício profissional no âmbito da Engenharia e da Agronomia.

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

DECIDIU: Por conceder aos formados de 2012 a 2016 no curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio da ETEC Benedito Storani, de Jundiaí, SP, as atribuições “do artigo 2º da Lei nº 5.524/68 e dos artigos 3º, 6º e 7º do Decreto nº 90.922/85 modificado pelo Decreto nº 4.560/02, circunscritas ao âmbito dos respectivos limites de sua formação”, com o título profissional de “Técnico(a) em Agropecuária” (código 313-05-00 da Tabela de Títulos Profissionais do CONFEA - Anexo da Resolução 473/02). Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Rogério Teixeira Duarte, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Agr. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agr. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agr. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de setembro de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	557
Decisão CEA/SP nº	254/2018
Referência:	Processo nº C-234/2003 V2
Interessado(a):	E.T.A.E. 2º GRAU PROF. DR. ANTONIO EUFRÁSIO DE TOLEDO

EMENTA: Fixa atribuições aos formados de no ano letivo de 2018 do Curso Técnico Florestal da ETEC Dr. Antonio Eufrásio de Toledo.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 30 de Agosto de 2018, apreciando o processo **C-234/2003 V2** que trata do assunto em referência, O presente processo foi encaminhado à CEA para análise e julgamento quanto ao referendo das atribuições concedidas aos formados no ano letivo de 2018 do curso de Técnico Florestal da ETEC Dr. Antonio Eufrásio de Toledo. As últimas atribuições concedidas pela Câmara Especializada de Agronomia para o curso em questão foram aquelas definidas através da Decisão CEA/SP nº 280/2017 da reunião de 16/11/2017, ou seja: "Por conceder aos formados no ano letivo de 2017 do Curso Técnico Florestal da ETEC Dr. Antonio Eufrásio de Toledo as atribuições "do artigo 2º da Lei Nº 5.524/68 e dos artigos 3º, 6º e 7º do Decreto Nº 90.922/85, circunscritas ao âmbito dos respectivos limites de sua formação", com o título profissional de "Técnico(a) Florestal" (código 313-21-00 da Tabela de Títulos Profissionais do CONFEA - Anexo da Resolução 473/02)." (fls. 477-478) A instituição de ensino informou que não houve alteração na grade curricular dos formandos de 2018. (fl. 480) O processo foi encaminhado à CEA para análise e julgamento quanto ao referendo das atribuições concedidas aos formados de 2018. (fl. 481). Considerando os artigos 46 (alínea "d") e 84 da Lei Federal nº 5.194/66. Considerando o artigo 11 da Resolução Nº 1.007/03. Considerando os artigos 3º, 4º, 5º e 6º da Resolução Nº 1073/16. Considerando os artigos 1º e 2º da Resolução Nº 1.057/14. Considerando o artigo 2º da Lei Nº 5.524/68. Considerando os artigos 3º, 6º e 7º do Decreto 90.922/85. Considerando que o título "Técnico Florestal" consta na Tabela de Títulos Profissionais da Resolução 473/02 - código 313-21-00. Considerando que a instituição de ensino informou que não houve alteração na grade curricular dos formandos de 2018., DECIDIU: **Por conceder aos formados no ano letivo de 2018 do Curso Técnico Florestal da ETEC Dr. Antonio Eufrásio de Toledo as atribuições "do artigo 2º da Lei Nº 5.524/68 e dos artigos 3º, 6º e 7º do Decreto Nº 90.922/85, circunscritas ao âmbito dos respectivos limites de sua formação", com o título profissional de "Técnico(a) Florestal" (código 313-21-00 da Tabela de Títulos Profissionais do CONFEA - Anexo da Resolução 473/02)..** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Rogério Teixeira



Fls. Nº _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Duarte, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Agr. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agr. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agr. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de setembro de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	557
Decisão CEA/SP nº	255/2018
Referência:	Processo nº C-796/1980 V5
Interessado(a):	E.T.A.E. DONA SEBASTIANA DE BARROS

EMENTA: Fixa atribuições aos formandos no ano letivo de 2018 no curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio da ETEC Dona Sebastiana de Barros, de São Manuel, SP.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 30 de Agosto de 2018, apreciando o processo **C-796/1980 V5** que trata da revisão anual de atribuições do curso Técnico em Agropecuária integrado ao ensino médio da ETEC Dona Sebastiana de Barros, de São Manuel/SP. Considerando que o processo foi encaminhado à CEA pela UOP/São Manuel para análise e fixação de atribuições aos formandos neste ano letivo de 2018-2. Considerando o Ofício nº 020/2018 de 01.03.2018 da instituição de ensino informando que houve alteração na matriz curricular do curso Habilitação Profissional de Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio referente a este ano letivo de 2018, em relação aos concluintes de 2017. Considerando o início e término das turmas: 03.02.2016 a 18.12.2018. Considerando a Declaração do CEETEPS, quanto ao funcionamento regular da escola, com o curso acima - turma 03.02.2016 a 18.12.2018. Considerando a Matriz curricular 2016 do curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio (período diurno) - 2016 a 2018 - carga horária total: 4.278 horas. Considerando a Relação de docentes do curso de 2016 a 2018. Considerando o Plano do curso nº 228, de 20.08.2013, com a observação: atualizado de acordo com a matriz curricular homologada para o 1º semestre de 2016, contendo as matrizes curriculares do curso - com os mesmos elementos da matriz e competências, habilidades e bases tecnológicas das disciplinas. Considerando as Telas do sistema de dados do Crea-SP, nas quais se verifica a inclusão pela UGI das atribuições "do artigo 2º da Lei nº 5.524/68 e dos artigos 3º, 6º e 7º do Decreto nº 90.922/85, circunscritas ao âmbito dos respectivos limites de sua formação", para os formados de 2016-2 a 2018-2. Considerando a Cópia da Decisão da CEA quanto às últimas atribuições concedidas pela Câmara Especializada de Agronomia para o curso em questão; Decisão CEA/SP nº 169/2017, da reunião de 20.07.2017, ou seja, "por conceder aos formados no ano letivo de 2017 do Curso Técnico em Agropecuária da ETEC Dona Sebastiana de Barros as atribuições "do artigo 2º da Lei Nº 5.524/68 e dos artigos 3º, 6º e 7º do Decreto nº 90.922/85, circunscritas ao âmbito dos respectivos limites de sua formação", com o título profissional de "Técnico(a) em Agropecuária" (código 313-05-00 da Tabela de Títulos Profissionais do CONFEA. Considerando a Lei nº 5.194/66 que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo e dá outras providências. Considerando a Lei nº 5.524/68 que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial e Agrícola de

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

nível médio ou de 2º grau. Considerando que o Decreto nº 4.560/2002 que altera o Decreto nº 90.922/1985, que regulamenta a Lei nº 5.524/1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial e Técnico Agrícola de nível médio ou de 2º grau. - Considerando o artigo 11 da Resolução nº 1.007/03, do Confea. Considerando os artigos 3º, 4º, 5º e 6º da Resolução nº 1073/16, do Confea. Considerando os artigos 1º e 2º da Resolução nº 1.057/14. Considerando a PL-1333/2015 do Confea que decidiu revogar as Decisões Plenárias PL-0087/2004 e PL-1570/2004 e que esclarece aos Creas que quando do cadastramento de cursos devem ser observadas as cargas horárias estabelecidas pelos normativos do Ministério da Educação em vigor, respeitando-se os períodos de transição quando previstos nas resoluções (Resolução CNE/CES nº 02, de 2007, Catálogo nacional de Cursos Superiores e Catálogo Nacional de Cursos Técnicos), e que o curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio – Eixo Tecnológico: Recursos Naturais atende ao mínimo de 1.200 h constante no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Considerando que a alteração da matriz curricular do curso de habilitação profissional de Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio da ETEC Dona Sebastiana de Barros referente ao ano letivo de 2017, em relação aos concluintes de 2018, ocorreu apenas nos componentes curriculares da base nacional comum. Considerando que o título “Técnico em Agropecuária” consta na Tabela de Títulos Profissionais da Resolução 473/02 - código 313-05-00. Considerando o Mandato de Segurança Coletivo nº 2006.34.00.026625-8 julgado pelo TRF 1ª Região e transitado em julgado em 22/02/2012, que as atribuições devem ser concedidas sem análise curricular, ficando canceladas as restrições das atribuições profissionais, passando a valer as atribuições anotadas nesta data. Considerando que o Confea emitiu o Ofício Circular nº 0493, de 22 de março de 2012, por meio do qual o presidente do Confea informa que transitou em julgado no âmbito da Justiça Federal, expediente autuado e pertinente aos Técnicos Agrícolas, que determinou ao Confea que se absteresse de reduzir as atribuições concedidas aos Técnicos Agrícolas pelo Decreto nº 90.922/85. Considerando que em tal documento o presidente também ressaltou que inexistia respaldo administrativo ou legal que garanta atendimento à Decisão Plenária PL-0145/2006 nos casos de análise curricular que tenha o condão de restringir as atribuições profissionais aos Técnicos Agrícolas e Industriais concedidas em Decreto e informou da revogação da PL – 0145/2006. Considerando que de seu turno, a Procuradoria Jurídica do Confea-PROJ salientou o fato de haver orientação do plenário do Confea a todos os Creas no sentido de que as atribuições dos profissionais Técnicos Agrícolas de nível médio devem ser concedidas nos exatos termos do Decreto nº 90.922/1985, sendo vedado aos Creas efetuar análise curricular de tais profissionais para fins de restrição das atribuições previstas no aludido Decreto. Considerando a Deliberação nº 053 de 2017 da CEAP/Confea que ratificou ao Crea/SP o entendimento de que as atribuições dos profissionais Técnicos Agrícolas de nível médio devem ser concedidas nos exatos termos do Decreto nº 90.922/1985, sendo vedado aos Creas efetuar análise curricular de tais profissionais para fins de restrição das atribuições previstas no aludido Decreto. Considerando a Resolução nº 1.073 de 2016 do CONFEA que regulamenta a atribuição de títulos, atividades, competências e campos de atuação profissionais aos profissionais registrados no Sistema Confea/Crea para efeito de fiscalização do exercício profissional no âmbito da Engenharia e da Agronomia. **DECIDIU: Por conceder aos formados no curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Médio da ETEC Dona Sebastiana de Barros, de São Manuel, SP, no ano letivo de 2018, as atribuições “do artigo 2º da Lei nº 5.524/68 e dos artigos 3º, 6º e 7º do Decreto nº 90.922/85 modificado pelo Decreto nº 4.560/02, circunscritas ao âmbito dos respectivos limites de sua formação”, com o título profissional de “Técnico(a) em Agropecuária” (código 313-05-00 da Tabela de Títulos Profissionais do CONFEA - Anexo da Resolução 473/02).. Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Rogério Teixeira Duarte, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de setembro de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA

Reunião Ordinária nº	557
Decisão CEA/SP nº	256/2018
Referência:	Processo nº C-295/2018
Interessado(a):	CEA

EMENTA: **Retirar o processo de pauta para revisão**

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 30 de Agosto de 2018, apreciando o processo **C-295/2018** que trata da proposta de atualização das Perguntas Frequentes disponíveis no site do CREA SP no âmbito da câmara Especializada de Agronomia. Considerando que o processo foi destacado e discutido pela Câmara Especializada de Agronomia. DECIDIU: **Retirar o processo de pauta para revisão**. Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Rogério Teixeira Duarte, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Agr. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agr. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agr. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de setembro de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia



Fls. Nº _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA

Reunião Ordinária nº	557
Decisão CEA/SP nº	257/2018
Referência:	
Interessado(a):	

EMENTA:

DECISÃO

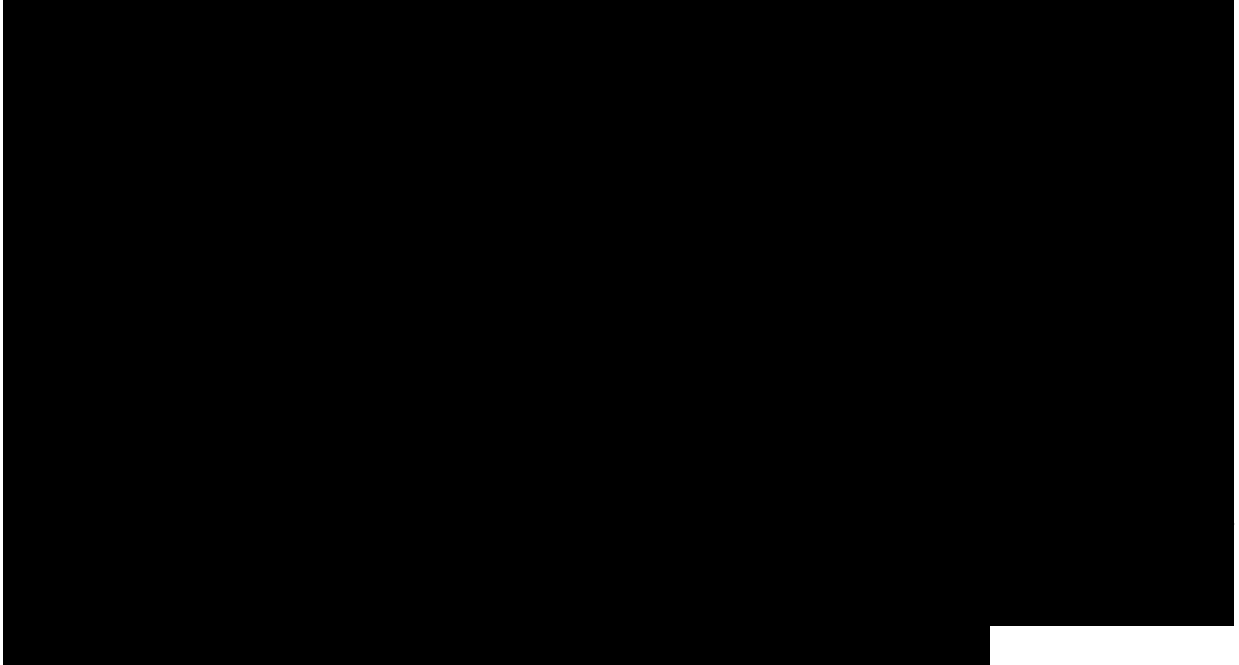




Fls. Nº _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP



São Paulo, de setembro de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia



Fls. Nº _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA

Reunião Ordinária nº	557
Decisão CEA/SP nº	258/2018
Referência:	
Interessado(a):	

EMENTA:

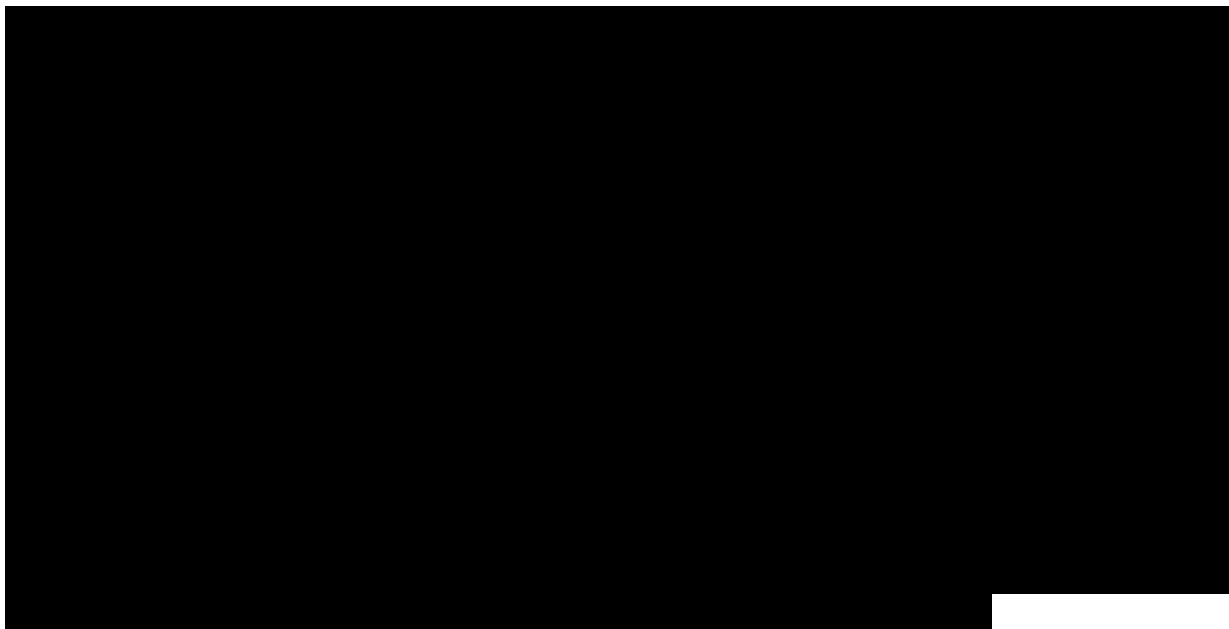
DECISÃO



Fls. Nº _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**



São Paulo, de setembro de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	557
Decisão CEA/SP nº	259/2018
Referência:	Processo nº F-941/2014
Interessado(a):	NATURALY DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI

EMENTA: Anota do profissional Eng. Agr. João Vitor de Oliveira, como responsável técnico pela empresa Naturaly Distribuidora de Alimentos EIRELI.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 30 de Agosto de 2018, apreciando o processo **F-941/2014** que trata do referendo da renovação de contrato do profissional Eng. Agr. João Vitor de Oliveira, como responsável técnico pela empresa Naturaly Distribuidora de Alimentos EIRELI, efetivado pela UGI. Considerando o Formulário de Registro e Alteração de Empresa (RAE), no qual a empresa Naturaly Distribuidora de Alimentos EIRELI, informa o responsável técnico Eng. Agr. João Vitor de Oliveira. Considerando o Relatório de Resumo da Empresa emitido pelo CREA. Considerando o novo contrato de prestação de serviço técnicos profissionais de engenharia, agronomia ou atividade afins, visando supervisionar a qualidade dos produtos adquiridos, sendo o CONTRATADO o Eng. Agr. João Vitor de Oliveira e a contratante a empresa Naturaly Distribuidora de Alimentos EIRELI, sendo o período de trabalho às terças e quintas-feiras, das 8 às 14 horas, com 12 horas semanais, com vigência de 48 meses a contar do dia 01/03/2018. Considerando que o Eng. Agr. João Vitor de Oliveira possui atribuições do Artigo 5º da Resolução 218/73, do Confea, sem prejuízo das atribuições previstas pelo Decreto 23.196/33. Considerando que o profissional também está registrado com primeira responsabilidade técnica pela empresa OL/3 Construções e Comércio LTDA – ME. Considerando que o profissional recolheu a ART 28027230180262125. Consta o objeto social da interessada, sendo “Comércio atacadista de gêneros alimentícios em geral: frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos; Prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas, em todo território nacional e internacional por meios próprios ou de terceiros, exceto produtos perigosos e mudanças municipais. Considerando que o profissional está registrado como responsável técnico pela empresa OL3 Construções e Comércio Ltda – ME, com horário de trabalho registrado de segunda e sexta-feira das 14 às 18 horas. Considerando que a UGI efetivou a Anotação do profissional Eng. Agr. João Vitor de Oliveira, como responsável técnico da empresa interessada em 20 de março de 2018 e encaminhou o processo para referendo da CEA e do Plenário do CREA-SP. Considerando a Lei nº 5.194/66, que Regulamenta o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências, destacamos no Art. 7º as alíneas “a” e “b”, sendo que Eng. Agr. João Vitor de Oliveira apresenta atribuições para esta finalidade. Considerando o Artigo 8º, da Lei nº 5.194, no qual menciona que “as atividades e atribuições enunciadas nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “e” e “f” do artigo anterior são da competência de pessoas físicas, para tanto legalmente habilitadas”. Considerando ainda o Artigo 59 da referida Lei nº 5.194, no qual menciona que “As firmas, sociedades, associações, companhias, cooperativas e

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

empresas em geral, que se organizem para executar obras ou serviços relacionados na forma estabelecida nesta Lei, só poderão iniciar suas atividades depois de promoverem o competente registro nos Conselhos Regionais, bem como o dos profissionais do seu quadro técnico”. Conforme consta o processo o Eng. Agr. João Vitor de Oliveira e a empresa Naturaly Distribuidora de Alimentos EIRELI, encontram-se devidamente habilitado no CREA. Considerando o Art. 6º a Resolução nº 336/89 do CONFEA, onde a empresa Naturaly Distribuidora de Alimentos EIRELI tem como responsável técnico o Eng. Agr. João Vitor de Oliveira, conforme o Formulário de Registro e Alteração de Empresa (RAE), emitido em 01/03/2018. Considerando que o Eng. Agr. João Vitor de Oliveira, atende ao Art. 8º da Resolução n 336/89 do CONFEA, apresentando o contrato de prestação de serviço; destacando que o profissional possui atribuições do Artigo 5º da Resolução 218/73, do Confea, sem prejuízo das atribuições previstas pelo Decreto 23.196/33, possui atribuições previstas no Decreto 23.196/33. Consta também no processo que o profissional recolheu a ART 28027230180262125. Considerando que o profissional também está registrado com primeira responsabilidade técnica pela empresa OL/3 Construções e Comércio LTDA – ME , mas, considerando que os locais e horários de trabalho não inviabilizam a atuação dos profissionais nas respectivas empresas. Considerando que a interessada encontra-se registrada para desenvolver atividades do objetivo social exclusivamente na área da engenharia agrônômica. Considerando que o processo foi destacado e discutido pela Câmara Especializada de Agronomia. **DECIDIU: Pelo referendo da anotação do profissional Eng. Agr. João Vitor de Oliveira, como responsável técnico pela empresa Naturaly Distribuidora de Alimentos EIRELI.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Rogério Teixeira Duarte, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de setembro de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile

Creasp nº 5062367008

Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	557
Decisão CEA/SP nº	260/2018
Referência:	Processo nº F-16057/2002
Interessado(a):	ANNA LAB. NEMATOLOGIA, ASS. E CONSULT. AGRONOMICA LTDA

EMENTA: Concede vistas ao Conselheiro Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 30 de Agosto de 2018, apreciando o processo **F-16057/2002** que trata de empresa já registrada neste conselho, desde 16/05/2002 e sem anotação de responsável técnico desde 09/10/2015, quando a anotação do Engenheiro Agrônomo Wilson Roberto Trevisan Novaretti foi cancelada, devido ao cancelamento do registro do profissional. Considerando que a interessada indica como seu responsável técnico o Engenheiro Agrônomo Wilson Purens Novaretti, que também é sócio da empresa, com a apresentação dentre outros dos seguintes documentos: Requerimento de registro/alteração de empresa, assinado por Ana Novaretti, no qual declara como horário de trabalho do profissional indicado: às 2ª, 4ª e 6ª feira, das 13h00 às 18h00, Cópia da procuração outorgada pelo Eng. Agr. Wison Purens Novaretti à sua Mãe Ana A. Purens Novaretti, inclusive para assinatura de ART. Considerando a Cópia da ART de cargo e função nº 28027230180424194, assinada pela procuradora, e registrada em 12/04/2018. Considerando que no histórico do profissional, no CREANET, consta registro provisório desde 14/04/2010, prorrogado desde então, devido ao pagamento das anuidades ano a ano. Considerando que o profissional indicado como Responsável Técnico aparece no CREANET como registro provisório. Considerando que a UGI questionou a assinatura por procuração, alegando que apesar de na legislação vigente não há nada de proibitivo ele ressalta alguns dispositivos legais: a Lei 6496/77, onde no seu Art, 2º - § 1º diz que a ART será efetuada pelo profissional ou pela empresa no Conselho de Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), de acordo com Resolução própria do CONFEA; a Resolução 1025/2009 que no seu Art. 5º diz que o Cadastro da ART será efetivado pelo profissional de acordo com o disposto nesta resolução mediante preenchimento eletrônico, conforme o Anexo I, e senha pessoal e intransferível fornecida após assinatura de termo de responsabilidade. Considerando a legislação a UGI afirma que, mesmo com procuração registrada em Tabelião, não é possível o CREA-SP aceitar uma ART assinada por procurador. Considerando que a empresa através de seu escritório informa que o profissional responsável e sócio da mesma não assinou a ART por se encontrar no exterior finalizando um curso profissionalizante, mas que volta no mês de julho do corrente ano. Considerando que a empresa informa ainda que o último contrato apresentado foi em 03/05/2010 e que nova alteração ainda não foi feita, saindo Wilson Roberto Trevisan Novaretti (falecido em 09/10/2015) por falta do inventário. Considerando a Lei 5.194/66, em

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

especial os artigos 7º, 8º e 46 alínea “d”. Considerando a Resolução 336/89, do Confea em especial os artigos 6º, 8º, 9º, 12, 13 e 18. Considerando a Lei nº 6.496/77, em especial o artigo 2º. Considerando a Resolução 1.025/09, do Confea, em especial o artigo 5º. Considerando que o processo foi destacado e discutido pela Câmara Especializada de Agronomia. **DECIDIU: Conceder vistas ao Conselheiro Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Rogério Teixeira Duarte, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Agr. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agr. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agr. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de setembro de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	557
Decisão CEA/SP nº	261/2018
Referência:	Processo nº F-2722/2014
Interessado(a):	DDTEC DEDETIZADORA LTDA - ME

EMENTA: Defere a anotação do profissional Eng. Agr. José Leandro Guimarães, como responsável técnico da empresa DDTEC Dedetizadora LTDA – ME e dá outras providências.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 30 de Agosto de 2018, apreciando o processo **F-2722/2014** que trata da indicação pela empresa DDTEC Dedetizadora LTDA - ME de novo Responsável Técnico: o profissional Eng. Agr. José Leandro Guimarães – segunda responsabilidade técnica do profissional. Considerando o objeto social da interessada é: “Serviço de dedetização, desratização, descupinização e similares; Serviço de pulverização e controle de pragas agrícolas; Serviço de desentupimento de casas e prédios residenciais e comerciais, e limpeza de caixa de água.” Considerando que a interessada indicou como novo responsável técnico o Eng. Agr. José Leandro Guimarães Bertussi – dupla responsabilidade técnica do profissional. Considerando que o referido profissional possui atribuições “do artigo 5º da Resolução 218/73, do Confea,” Considerando que o profissional foi contratado com prazo determinado, com horário de trabalho declarado: segunda, quarta e sexta-feira das 8h às 12h; recolheu a ART 28027230180686428; está anotado como primeira responsabilidade técnica pela empresa Construpopp de Prudente Serviços Eireli – EPP com horário de trabalho declarado de terça-feira e quinta das 8h às 14h. Considerando o Contrato social. Considerando o Contrato de prestação de serviços do responsável Técnico com a empresa. Considerando o Comprovante do pagamento das taxas devidas. Considerando o comprovante anotação do profissional responsável técnico, em 20/16/2018. Considerando que a UGI efetivou a anotação do profissional Eng. Agr. José Leandro Guimarães, como seu responsável técnico em 20/06/2018 – segunda responsabilidade técnica, e encaminhou o processo à Câmara Especializada Agronomia para manifestação da CEA/SP e posteriormente ao Plenário. Considerando o objeto social da interessada. Considerando as atribuições do profissional indicado como responsável técnico. Considerando que há compatibilidade dos horários de trabalho do profissional nas duas empresas. Considerando que a UGI de Presidente Prudente já procedeu a anotação do profissional como responsável técnico. Considerando os artigos 7º, 8º, 46 – alínea “d”, 59 e 60 da Lei 5.194/66. Considerando os artigos 6º, 8º, 9º, 12, 13 e 18 da Resolução 336/89 do CONFEA. DECIDIU: **1) Pelo deferimento da anotação do profissional Eng. Agr. José Leandro Guimarães, como responsável técnico da empresa DDTEC Dedetizadora LTDA – ME – segunda responsabilidade e 2) pelo encaminhamento do processo ao Plenário.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Rogério Teixeira Duarte, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Percin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de setembro de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	557
Decisão CEA/SP nº	262/2018
Referência:	Processo nº F-1447/2015
Interessado(a):	VENCESFORT DEDETIZADORA EIRELI - ME

EMENTA: Defere o cancelamento de registro da empresa Vencesfort Detetizadora EIRELI – ME, CNPJ 22.228.566/0001-08, no CREA-SP.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 30 de Agosto de 2018, apreciando o processo **F-1447/2015** que trata do requerimento de cancelamento de registro da empresa Vencesfort Detetizadora Eireli – ME no CREASP. Considerando a solicitação de cancelamento do registro no CREASP, na qual a interessada informa estar registrada no CRQ-SP sob nº 04470533, e anexa Certidão de Registro. Considerando o objetivo social da empresa, como EIRELI (Empresa Individual de Responsabilidade Limitada) é: “Apoio administrativo e operacional, serviços de limpeza, serviços de controle e fiscalização de portaria, serviços de jardinagem, serviços de auxiliar geral, serviços de auxiliar de produção, serviços de preparação e finalização de produção de terceiros, serviços de panfletagem e distribuição dirigida, serviços de montagem e manutenção de refrigeração, manutenção de piscina, serviços de motorista, serviços de instalação e manutenção hidráulica, serviços de conserto e reparos prediais, serviços de hidráulica e manutenção de esgoto, serviços de coleta e transporte de resíduos perigosos e não perigosos, serviços de cobrança extrajudiciais e serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal e o transporte rodoviário de produtos perigosos”. Considerando o comprovante de inscrição e situação cadastral da interessada, junto à Receita Federal, apresentando a descrição da atividade econômica: Atividade Econômica Principal: Código 82.19-9-99 – Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativos não especificados anteriormente. Atividades Econômicas Secundárias – códigos: 81.21-4-00 –limpeza em prédios e em domicílios, 81.11-7-00 – Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais 43.22-3-01 – Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás 97.00-5-00 –Serviços domésticos 81.29-0-00 – Atividades de limpeza não especificadas anteriormente 81.22-2-00 – Imunização e controle de pragas urbanas 82.91-1-00 – Atividades de cobranças e informações cadastrais 43.30-4-99 – Outras obras de acabamento da construção 73.19-0-02 – Promoção de vendas 43.22 -3-02 – Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração. Considerando que a profissional responsável técnica pela empresa Técnica Florestal Gabriela Urias Gobbi, CREASP N°50695993691 solicitou baixa da responsabilidade técnica Considerando que a empresa foi oficiada para indicação de novo responsável técnico pelas suas atividades técnicas. Considerando que a empresa apresentou Certificado de Anotação de Responsabilidade Técnica, referente ao profissional Igor Rodrigo dos Santos Pontes, Técnico em Análises Químicas, registrado no Conselho Regional de Química IV Região, sob registro N° 04470533, conforme ART

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

datada em 11 de julho de 2017. Considerando que a empresa esté registrada junto ao CRQ-IVR, solicitou o cancelamento de seu registro junto ao CREASP, conforme expediente. Considerando a descrição das atividades econômicas da empresa Vencesfort, apresentadas em seu Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral, junto à Receita Federal, constata-se que na classificação da CNAE 2.0 da Receita Federal, os códigos das divisões 82, 81, 43, 97 e 73 correspondem, respectivamente a: - Serviços de escritório, de apoio administrativo e outros serviços prestados principalmente a empresas; - Serviços para edifícios e atividades paisagísticas; - Serviços especializados para construção; - Serviços domésticos; e - Publicidade e pesquisa de mercado. Não estando, portanto, pertinentes a atividades de Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura (Seção A, Divisões 01 a 03 da CNAE-2.0). Considerando a diligência realizada pelo Agente Fiscal da UOP-Presidente Venceslau, constatou que “a empresa está em atividade, realizando serviços de dedetização, desratização, limpeza de caixa d’água, descupinização, controle de pombos e morcegos, serviços de encanador, limpeza de fossa séptica, limpeza predial, hospitalar e escolar, higienização de ar condicionado.” Considerando que em função de suas atividades econômicas e com a indicação de Responsável Técnico, o profissional Igor Rodrigo dos Santos Pontes, Técnico em Análises Químicas, registrado no Conselho Regional de Química IV Região, sob registro Nº 04470533, e o registro da interessada junto àquele Conselho, a empresa Vencesfort Dedetizadora EIRELI – ME pode ser atendida em seu pedido de cancelamento de registro junto ao sistema CONFEA/CREA. **DECIDIU: Pelo deferimento do cancelamento de registro da empresa Vencesfort Dedetizadora EIRELI – ME, CNPJ 22.228.566/0001-08, no CREA-SP.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Rogério Teixeira Duarte, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Agr. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agr. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agr. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de setembro de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile

Creasp nº 5062367008

Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	557
Decisão CEA/SP nº	263/2018
Referência:	Processo nº F-2195/2018
Interessado(a):	M. MOHRING COMÉRCIO E SERVIÇOS

EMENTA: Referenda o registro da empresa M. Mohring Comércio e Serviços com a anotação do profissional Eng. Agr. Roberto Tokihiro Kabori e dá outras providências.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 30 de Agosto de 2018, apreciando o processo **F-2195/2018** que trata do registro da empresa M. Mohring Comércio e Serviços com a anotação do profissional Eng. Agr. Roberto Tokihiro Kabori, contratado com prazo determinado, como seu responsável técnico – segunda responsabilidade técnica do profissional, efetivado pela UGI de Registro. Considerando o objeto social da interessada é: “Comércio de plantas e flores naturais; Comércio de artigos do vestuário e acessórios; Comércio de embalagens em geral; Comércio de material de construção em geral; Comércio de produtos agropecuários em geral; Obras de terraplenagem; Locação de máquinas de equipamentos para construção, sem operador; Transporte rodoviário de cargas em geral, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional; Serviços de paisagismo, limpeza, manutenção e plantio de jardins; Serviços de pulverização e controle de pragas agrícolas; Serviços de locação de plantas e flores; Serviços de limpeza e conservação de ruas e logradouros.” Considerando que a interessada requereu o registro no Conselho, indicando como responsável técnico o Eng. Agr. Roberto Tokihiro Kabori. Considerando que o profissional indicado como Responsável Técnico possui atribuições “do artigo 5º da Resolução 218/73, do Confea”, foi contratado com prazo determinado, com horário de trabalho declarado de terça e quinta-feira das 8h às 12h, recolheu a ART 28027230180211609 e está anotado como primeira responsabilidade técnica pela empresa Humberto Volpert Comércio de Plantas e Transportes EIRELI, com horário de trabalho registrado: segunda, quarta e sexta das 13h as 18h. Considerando o comprovante do pagamento das taxas devidas. Considerando que a UGI efetivou o registro da empresa M. Mohring Comércio e Serviços com a anotação do profissional Eng. Agr. Roberto Tokihiro Kabori, como seu responsável técnico em 19/06/2018– segunda responsabilidade, e encaminhou o processo à Câmara Especializada Agronomia para manifestação da CEA/SP e posteriormente ao Plenário. Considerando o objeto social da interessada. Considerando as atribuições do profissional indicado como responsável técnico. Considerando que há compatibilidade dos horários de trabalho do profissional nas duas empresas. Considerando que a UGI de Registro já procedeu o registro da empresa. Considerando os artigos 7º, 8º, 46 – alínea “d”, 59 e 60 da Lei 5.194/66. Considerando os artigos 6º, 8º, 9º, 12, 13 e 18 da Resolução 336/89 do CONFEA. **DECIDIU: 1) Pelo referendo do**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

registro da empresa M. Mohring Comércio e Serviços com a anotação do profissional Eng. Agr. Roberto Tokihiro Kobori e 2) Pelo encaminhamento do processo ao Plenário do CREA-SP, conforme preceitua o parágrafo único do artigo 18 da Resolução Nº 336/89 do CONFEA, por se tratar de dupla responsabilidade técnica. Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Rogério Teixeira Duarte, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Agr. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agr. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agr. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de setembro de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	557
Decisão CEA/SP nº	264/2018
Referência:	Processo nº F-2293/2018
Interessado(a):	MIRACA AGROAMBIENTAL LTDAS - EPP

EMENTA: Referenda o registro da empresa Miraca Agroambiental Ltda - EPP com a anotação do profissional Eng. Agr. Carlos Reitz de Castro como responsável técnico e dá outras providências.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 30 de Agosto de 2018, apreciando o processo **F-2293/2018** que trata do registro da empresa Miraca Agroambiental Ltda - EPP com a anotação do profissional Eng. Agr. Carlos Reitz de Castro, sócio, como seu responsável técnico – terceira responsabilidade técnica do profissional, efetivado pela UGI de Registro. Considerando o objeto social da empresa interessada é: “Exploração dos serviços de agronomia e de Consultoria às atividades agrícolas e pecuárias; Projetos agrícolas, agropecuários e agroambientais; Consultoria, orientação e assistência de agrônomo a estabelecimento agrícola; Assistência técnica rural; Assessoria, orientação e assistência técnica na agricultura; Assessoria , orientação e assistência na agropecuária; assessoria, orientação e assistência a estabelecimentos agrícolas e pecuários; Assessoria, consultoria, orientação e assistência na agricultura; Assessoria por agrônomos a estabelecimentos agrícolas; Assessoria e extensão em atividades agrícolas e pecuárias; Serviços de análises de solo para fins agrícolas (Cnae nº 7490-1/03); Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo (Cnae nº 8219-9/99); Projetos de arquitetura paisagística (Cnae nº 7111-1/00); Engenharia ambiental (Cnae nº 7112-0/00) e Atividades paisagísticas (Cnae nº 8130-3/00).” Considerando que a interessada requereu o registro no Conselho, indicando como responsável técnico o Eng. Agr. Carlos Reitz de Castro. Considerando que o referido profissional possui atribuições “do artigo 5º da Resolução 218/73, do Confea”; é sócio da empresa, com horário de trabalho declarado de quinta-feira das 12h às 15h30 e sexta-feira das 7h00 às 15h30; recolheu a ART 28027230180663914 e está anotado como primeira responsabilidade técnica pela empresa Everaldo Pascarelli Filho & Cia Ltda ME, com horário de trabalho registrado: sexta das 16h às 19h e sábado das 8h às 17h e como segunda responsabilidade técnica pela empresa Agropecuária Sansui Ltda, com horário de trabalho registrado: de segunda a quinta-feira das 16h às 19h. Considerando o Contrato social. Considerando o comprovante do pagamento das taxas devidas. Considerando que a UGI efetivou o registro da empresa Miraca Agroambiental Ltda - EPP com a anotação do profissional Eng. Agr. Carlos Reitz de Castro, como seu responsável técnico em 07/06/2018 – terceira responsabilidade técnica, e encaminhou o processo à Câmara Especializada Agronomia para manifestação da CEA/SP e posteriormente ao Plenário. Considerando o

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

objeto social da interessada. Considerando as atribuições do profissional indicado como responsável técnico. Considerando que há compatibilidade dos horários de trabalho do profissional nas três empresas. Considerando que a UGI de Registro já procedeu o registro da empresa. Considerando os artigos 7º, 8º, 46 – alínea “d”, 59 e 60 da Lei 5.194/66. Considerando os artigos 6º, 8º, 9º, 12, 13 e 18 da Resolução 336/89 do CONFEA. **DECIDIU: 1) Pelo referendo do registro da empresa Miraca Agroambiental Ltda - EPP com a anotação do profissional Eng. Agr. Carlos Reitz de Castro como responsável técnico e 2) Pelo encaminhamento do processo ao Plenário do CREA-SP, conforme preceitua o parágrafo único do artigo 18 da Resolução Nº 336/89 do CONFEA, por se tratar de tripla responsabilidade técnica.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Rogério Teixeira Duarte, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Percin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Agr. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agr. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agr. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de setembro de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	557
Decisão CEA/SP nº	265/2018
Referência:	Processo nº F-2756/2018
Interessado(a):	FLYGREEN AERO AGRÍCOLA SERVIÇOS AÉREOS ESPECIALIZADOS

EMENTA: Referenda o registro da empresa Flygreen Aero Agrícola Serviços Aéreos Especializados LTDA com a anotação dos profissionais indicados como responsáveis técnicos: Eng. Agr. Felipe Agábio Brisola de Oliveira, – segunda responsabilidade técnica - e Técnico em Agropecuária Inri Rafael Tanaka e dá outras providências.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 30 de Agosto de 2018, apreciando o processo **F-2756/2018** que trata do registro da empresa Flygreen Aero Agrícola Serviços Aéreos Especializados LTDA com a anotação do profissional Eng. Agr. Felipe Agábio Brisola de Oliveira, contratado com prazo determinado, como seu responsável técnico – segunda responsabilidade técnica do profissional e anotação do Técnico em Agropecuária Inri Rafael Tanaka, contratado com prazo determinado, ambos já anotados pela UGI de Registro. Considerando que o objeto social da interessada é: “Serviços aéreos especializados de: aéreo reportagem e aéreo agrícola com a utilização de helicópteros em heliponto, serviços de manutenção de aeronaves e a importação e exportação de aeronaves, suas partes, peças e instrumentos..” Considerando que a interessada requereu o registro no Conselho, indicando como responsável técnico o Eng. Felipe Agábio Brisola de Oliveira. Considerando que o referido profissional possui atribuições “do artigo 5º da Resolução 218/73, do Confea”. Considerando que o profissional engenheiro foi contratado com prazo determinado com horário de trabalho declarado de segunda a sexta-feira das 11h30 às 17h; recolheu a ART 28027230180752391 e está anotado como primeira responsabilidade técnica pela empresa Agropel Comércio de Produtos Agropecuários com horário de trabalho registrado de segunda a sábado das 8h às 11h. Considerando a Declaração de Quadro Técnico. Considerando o Contrato Social da empresa. Considerando o Cadastro Nacional de pessoa Jurídica no qual a atividade principal apontada é o Serviço de pulverização e controle de pragas agrícolas e as atividades secundárias são: Manutenção e reparação de aeronaves, exceto a manutenção na pista; o Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente, partes e peças e as atividades de produção de fotografias aéreas e submarinas. Considerando a Certidão de registro e quitação de pessoa jurídica. Considerando o Contrato de prestação de serviços entre o profissional responsável técnico e a empresa. Considerando o comprovante de registro da empresa, em 06/07/2018, sob o número 2157522. Considerando que a empresa interessada indicou também como responsável técnico o

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Técnico em Agropecuárias Inri Rafael Tanaka. Considerando que referido profissional técnico possui atribuições “Do artigo 3º do Decreto 90922/85: Art.3 - Os técnicos industriais e técnicos agrícolas de 2 grau, disposto nos Arts. 4 e 5, no que diz respeito aos itens: I, II, III, IV, V. Do artigo 6 do Dec.90922/85 alterado pelo Dec.4.560/02, no que diz respeito aos itens: I, II, III, VI, VII,IX, XIII, XV, XVI, XXII, XXVI e XXXI. Paragrafo 1, para efeito do disposto no inciso IV, fica estabelecido o valor máximo de R\$ 150.000,00-(cento e cinquenta mil reais) por projeto. Paragrafo 2º as atribuições estabelecidas no caput não obstam o livre exercício das atividades correspondentes, nem constituem reserva de mercado. Do artigo 7º do Decreto 90922/85: Artigo 7 -Além das atribuições mencionadas neste Decreto, fica assegurado aos Técnicos Agrícolas de 2 grau o exercício de outras atribuições, desde que compatíveis com a sua formação curricula. Considerando que o profisisonal Técnico foi contratado com prazo determinado com horário de trabalho declarado de segunda a sexta-feira das 7h às 11h e das 12h30 às 16h30; recolheu a ART 28027230180844186. Considerando que a UGI efetivou o registro da empresa Flygreen Aero Agrícola Serviços Aéreos Especializados LTDA com a anotação do profissional Eng. Agr. Felipe Agábio Brisola de Oliveira, como seu responsável técnico em 06/07/2018 – segunda responsabilidade, e encaminhou o processo à Câmara Especializada Agronomia para manifestação da CEA/SP e posteriormente ao Plenário e também anotou como Responsável Técnico o Técnico em Agropecuária Inri Rafael Tanaka. Considerando o objeto social da interessada. Considerando as atribuições dos profissionais indicados como responsáveis técnicos: Eng. Agr. Felipe Agábio Brisola de Oliveira, – segunda responsabilidade técnica - e Técnico em Agropecuária Inri Rafael Tanaka. Considerando que há compatibilidade dos horários de trabalho do profissional Eng. Agr. Felipe Agábio Brisola de Oliveira nas duas empresas. Considerando que a UGI de Registro já procedeu o registro da empresa com restrição de atividades no âmbito da área da Engenharia Agrônômica. Considerando os artigos 7º, 8º, 46 – alínea “d”, 59 e 60 da Lei 5.194/66. Considerando os artigos 6º, 8º, 9º, 12, 13 e 18 da Resolução 336/89 do CONFEA. Considerando que o processo foi destacado e discutido pela Câmara Especializada de Agronomia. DECIDIU: **1) Pelo referendo do registro da empresa Flygreen Aero Agrícola Serviços Aéreos Especializados LTDA com a anotação dos profissionais indicados como responsáveis técnicos: Eng. Agr. Felipe Agábio Brisola de Oliveira, – segunda responsabilidade técnica - e Técnico em Agropecuária Inri Rafael Tanaka e 2) Pelo encaminhamento do processo ao Plenário do CREA-SP, conforme preceitua o parágrafo único do artigo 18 da Resolução Nº 336/89 do CONFEA, por se tratar de dupla responsabilidade técnica do Eng. Agr. Felipe Agábio Brisola de Oliveira.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Rogério Teixeira Duarte, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng.



Fls. Nº _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de setembro de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	557
Decisão CEA/SP nº	266/2018
Referência:	Processo nº PR-365/2018
Interessado(a):	VALDEMIR MARINO

EMENTA: Diligenciar ao local de trabalho do profissional Técnico Agrícola Vlademir Marino para apurar as reais atividades desenvolvidas por ele no cargo de gerente de vendas e dá outras providências.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 30 de Agosto de 2018, apreciando o processo **PR-365/2018** que trata do pedido de cancelamento do registro do Técnico Agrícola Vlademir Marino, portador do CREA-SP nº5063509175 e Registro Nacional sob nº 2609725477. Considerando que o motivo de baixa do registro informado pela empresa é: "Não realização da atividade profissional". Considerando que no processo foi apresentado cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), no qual consta seu ingresso como gerente de vendas na empresa Rossi & Rossi Atacado de Insumos Agropecuários Ltda desde 01 de maio de 2008. Considerando que foram anexadas informações sobre o cadastro Crea-SP, no qual foi verificado que não constam ART ativas em nome do interessado e por meio da consulta do sistema Creanet verificou-se que não há nenhum registro de processos SF e E. Considerando que após a análise realizada pela UGI de Campinas, o pedido de cancelamento de registro foi indeferido e encaminhado à Câmara Especializada de Agronomia. Considerando que dentre as atividades realizadas pelo gerente de vendas descritas na CBO 1423-20 pelo Ministério do Trabalho destaca-se gerente de departamento de vendas, gerente de exportação, gerente de mercado, gerente da área de vendas, gerente geral de vendas, gerente nacional de vendas e gerente regional de vendas. Considerando o que determinam: - Lei Federal nº 5.194/66 no seu Art. 7º, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo consistem em: (...) c) estudos, projetos, análises, avaliações, vistorias, perícias, pareceres e divulgação técnica; d) ensino, pesquisa, experimentação e ensaios; e) fiscalização de obras e serviços técnicos; f) direção de obras e serviços técnicos; g) execução de obras e serviços técnicos; h) produção técnica especializada, industrial ou agropecuária. Considerando a Resolução nº 1.007/03 do CONFEA, que dispõe sobre o registro de profissionais, aprova os modelos e os critérios para expedição de Carteira de Identidade Profissional e dá outras providências; quando trata da interrupção do registro, em especial o Artigo 30 no inciso II e Artigo 31 inciso I. Considerando Decreto nº 4.560/02, que regulamenta a Lei nº 5524 de 5 de novembro de 1968, no seu Art. 6º dispõe no inciso II a atuação do Técnico agrícola em atividades de extensão, assistência técnica, associativismo, pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica; XVII - analisar as características econômicas, sociais e ambientais, identificando as atividades peculiares da área

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

a serem implementadas. Considerando que há a necessidade de verificar as reais atividades desenvolvidas pelo profissional interessado. DECIDIU: **1) Por diligenciar ao local de trabalho do profissional Técnico Agrícola Vlademir Marino para apurar as reais atividades desenvolvidas por ele no cargo de gerente de vendas. 2) Após a o atendimento do solicitado no item 1, restituir o processo a CEA para julgamento.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Rogério Teixeira Duarte, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de setembro de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	557
Decisão CEA/SP nº	267/2018
Referência:	Processo nº PR-50/2018
Interessado(a):	JOAN APARECIDO SANTOS DE OLIVEIRA

EMENTA: Indefere o pedido de cancelamento do Técnico Florestal Joan Aparecido Santos de Oliveira, uma vez que, o mesmo executa atividades de campo, as quais requerem conhecimento técnico.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 30 de Agosto de 2018, apreciando o processo **PR-50/2018** que trata do pedido de interrupção do registro do Técnico Florestal Joan Aparecido Santos de Oliveira, portador do CREA-SP nº5062803696, tendo como motivo de baixa do registro: “Não utilização por não trabalhar na área”. Considerando que no processo foi apresentado cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), no qual consta seu ingresso na Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” desde 02/09/2002 no cargo de Técnico em Desenvolvimento Fundiário III, após ser admitido por meio de concurso público. Considerando que foi anexado também informações sobre o cadastro Crea-SP, no qual foi verificado que não constam ART ativas em nome do interessado, no entanto, o profissional está em débito com parcelas das anuidades de 2014 a 2016 e com anuidade de 2017. Considerando que di anexo o Plano de Empregos, carreiras e salários da Fundação ITESP. Considerando que após análise e julgamento foi solicitada diligência ao ITESP, Instituto de Terras do Estado de São Paulo, com sede em Pariquera-Açu/SP para apurar as reais atividades desenvolvidas pelo profissional no cargo de Técnico em Desenvolvimento Fundiário III. Considerando que foi constatado pela fiscalização que o Técnico Florestal Joan Aparecido Santos de Oliveira atua na área de desenvolvimento fundiário, executando atividades de campo, as quais requerem conhecimento técnico. Considerando a Resolução 218/73, do CONFEA que discrimina as atividades realizadas pelos técnicos que inclui condução de trabalho técnico até execução. Considerando a Resolução nº 1.007/03 do CONFEA, que dispõe sobre o registro de profissionais, aprova os modelos e os critérios para expedição de Carteira de Identidade Profissional e dá outras providências; quando trata da interrupção do registro destacamos o Artigo 30 no inciso II e Artigo 31 inciso I. Considerando o Decreto nº 4.560/02, que regulamenta a Lei nº 5524/68, no seu Art. 6º dispõe no inciso II a atuação do Técnico agrícola em atividades de extensão, assistência técnica, associativismo, pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica; XVII - analisar as características econômicas, sociais e ambientais, identificando as atividades peculiares da área a serem implementadas. DECIDIU: **Por indeferir o pedido de cancelamento do técnico florestal Joan Aparecido Santos de Oliveira, uma vez que, o mesmo executa atividades de campo, as quais requerem conhecimento técnico.** Coordenou a reunião o



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Rogério Teixeira Duarte, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de setembro de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA

Reunião Ordinária nº	557
Decisão CEA/SP nº	268/2018
Referência:	Processo nº SF-1988/2015 e V2
Interessado(a):	CELIO CABRAL FADIGA FILHO GRAMAS - ME

EMENTA: **Concede vistas ao Conselheiro Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira.**

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 30 de Agosto de 2018, apreciando o processo **SF-1988/2015 e V2** que trata de apuração quanto a falsificação de uma documento expedido pelo Conselho: CAT nº 0420130000516 apresentada pela empresa Célio Cabral Fadiga Filho Gramas – ME como requisito de habilitação no processo licitatório. Considerando que o processo foi destacado e discutido pela Câmara Especializada de Agronomia. **DECIDIU: Conceder vistas ao Conselheiro Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Rogério Teixeira Duarte, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de setembro de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	557
Decisão CEA/SP nº	269/2018
Referência:	Processo nº SF-964/2016
Interessado(a):	JOSÉ MANOEL GOBBI DE OLIVEIRA

EMENTA: Restituir o processo à Câmara Especializada de Engenharia Civil – CEEC, para análise e julgamento.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 30 de Agosto de 2018, apreciando o processo **SF-964/2016** que trata de nulidade da ART emitida pelo profissional Engenheiro Agrônomo, José Manoel Gobbi de Oliveira para as atividades de Assessoria/Execução e Execução/Projeto – de reforma, 47 metros quadrados. Considerando que a Câmara Especializada de Engenharia Civil (CEEC), exarou a Decisão CEEC/SP nº 748/2018, de 25.04.2018, decidiu “(...) Considerando que cabe à Câmara de Agronomia julgar os casos de infração praticados por seus membros; Considerando que em nenhum momento deste processo foi consultada a Câmara de Agronomia, a quem cabe julgar a competência profissional específica, A VISTA DE TODO O EXPOSTO A CEEC DECIDIU: aprovar o parecer do Conselheiro Relator de fls. 40, pelo entendimento de que este processo seja encaminhado à Câmara de Agronomia para suas manifestações”. Considerando que este processo foi aberto com cópias do Processo SF-763/2014 (Assunto: Análise Preliminar de Denúncia), devido ao expediente protocolado pela Síndica do Condomínio Edifício Joren – sito na Rua Cônego Eugênio Leite, 593 – Pinheiros, São Paulo – SP, a Sra. Jacqueline Ferreira, em 28.11.2013, solicitando o comparecimento de fiscalização no local (do condomínio), em face da obra na unidade nº 71. Considerando que a síndica informa que: o interesse da proprietária (da unidade 71) na alteração da disposição dos cômodos, para tanto seriam derrubadas paredes e construídas outras ou não; que a proprietária foi comunicada que para este tipo de reforma seria exigido profissional competente (engenheiro/arquiteto) e os trâmites legais (ART, planta...) que não sendo apresentada a documentação solicitada, compareceu ao local e deparou com 3 pedreiros, que informaram inexistência de engenheiro responsável e já haviam quebrado um pedaço da parede da sala, que embargou a obra na condição de síndica, mas que foi terminada a derrubada das paredes e ao questionar o porquê da atuação sem entrega da documentação, entregaram uma suposta ART não recolhida e planta, mas de um engenheiro agrônomo que se recusaram a deixar com ela. Considerando que a UGI, posteriormente, anexou ao referido processo SF-763/2014: Cópia da ART 92221220131511042, em nome do Engenheiro Agrônomo, José Manoel Gobbi de Oliveira, referente à Assessoria/Execução e Execução/Projeto – de reforma, 47 metros quadrados, para a contratante Etel Bezerra Melo – sem dados de registro/pagamento; e - Cópia do Auto de Infração da Prefeitura Municipal de São Paulo, lavrado em 08.11.2013, por falta de

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

documento no local da obra, comprobatório da regularidade da atividade edilícia e intimando a proprietária, Etel Bezerra Melo, a paralisar a obra até a comprovação da regularidade, sob pena de embargo. Considerando que a UGI encaminhou o Processo SF-763/2014 à CEEC, para análise e determinação de providências quanto à exorbitância de atribuição e infração à alínea “b” do artigo 6º da Lei 5.194/66, bem como anulação da ART 92221220131511042, nos termos do item II do art. 25 e art. 26 da Res. 1025, do Confea. Considerando a Decisão CEEC/SP nº 95/2016, que DECIDIU: Para que o processo retorne à UGI Oeste para: a) Autuar o profissional Engenheiro Agrônomo José Manoel Gobbi de Oliveira, CREA nº 0600636899/SP, por infração à alínea “b” do Art. 6º da Lei 5194 de 24 de dezembro de 1966. b) Notificar a proprietária para apresentar responsável técnico legalmente habilitado. Pela abertura de Processo Administrativo para anulação da ART nº 92221220131511042. Considerando que as atividades contidas na ART nº 92221220131511042 não constam dentre as atribuições dos Engenheiros Agrônomos, conforme a Resolução Confea nº 218/73 – Artigo 5º, tendo assim o profissional excedido às suas atribuições. Considerando que o profissional Engenheiro Agrônomo, José Manoel Gobbi de Oliveira infringiu o disposto na alínea “b” do artigo 6º da Lei Federal nº 5.194/66. Considerando a Resolução Confea nº 1025/2009 – Artigo 25 – Inciso II e Artigo 26. Considerando que a UGI/Capital-Oeste procedeu à abertura do presente processo e, pelo Ofício 4694/2016, comunicou o interessado sobre a abertura do processo administrativo para anulação da ART, objeto do presente processo, notificando-o para, no prazo de 10 dias, manifestar-se formalmente a respeito do assunto. Considerando o não atendimento do ofício, a UGI/Capital-Oeste, encaminhou novamente o processo à CEEC, para análise e determinação de providências, o que deu ensejo à Decisão CEEC/SP nº 748/2018 citado no início deste histórico. Considerando que foi verificado o pagamento da ART nº 92221220131511042 em 04.11.2013 e que a referida ART foi baixada por obra serviço concluído em 03.06.2016. Considerando o “Resumo de Profissional”, no qual verifica-se que o interessado está registrado como Engenheiro Agrônomo desde 09.01.1979, com atribuições da Res. 184/69, do CONFEA; está quite com suas anuidades até 2018; e está anotado como responsável técnico das empresas, CONSITEC Engenharia e Tecnologia Ltda, desde 30.07.2008, e FBF Construções e Serviços Eireli, desde 15.09.2016. Considerando a Lei Federal Nº 5.194/66, em especial o 6º e 46. Considerando a Resolução nº 1.025/09 do CONFEA, em especial os artigos 25 e 26. Considerando a Decisão Normativa nº 085/11, do Confea, que aprova o manual de procedimentos operacionais para aplicação da Resolução nº 1.025/09. Considerando a Lei Federal nº 9.784/99, em especial o artigo 50. Considerando a Resolução 184/69, do Confea revogada pela Resolução nº 218/73, também do CONFEA. Considerando que a exorbitância foi tratada no processo SF 763/2014. Considerando que o presente processo trata de nulidade de ART. Considerando em especial o artigo 26 da Resolução 1025/09 do Confea “Art. 26 A câmara especializada relacionada à atividade desenvolvida decidirá acerca do processo administrativo de anulação da ART”. Considerando que o processo foi destacado e discutido pela Câmara Especializada de Agronomia. DECIDIU: **Pela restituição do processo à Câmara Especializada de Engenharia Civil – CEEC, para análise e julgamento.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane



Fls. Nº _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Sanches, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Rogério Teixeira Duarte, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Com a abstenção do Conselheiro Eng. Agr. Angelo Petto Neto. Não havendo votos contrários.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de setembro de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	557
Decisão CEA/SP nº	270/2018
Referência:	Processo nº SF-606/2018
Interessado(a):	DANIEL OYAN

EMENTA: Defere a solicitação de interrupção de registro junto CREA-SP do profissional Engenheiro Agrônomo Daniel Oyan.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 30 de Agosto de 2018, apreciando o processo **SF-606/2018** que trata de solicitação interrupção de Registro Profissional Engenheiro Agrônomo Danyel Oyan, indeferido pela UGI/Piracicaba. Considerando o Requerimento de Interrupção de Registro – BRP, no qual o interessado informa que: não necessita de registro profissional para exercer a função atual. Considerando a cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 097340, na qual consta além dos dados pessoais, o Contrato de Trabalho junto a empresa Tarumã Florestal S.A, na cidade de Três lagoas - MS, no cargo de Analista Junior - CBO 2512-15, com data de 28/08/2017. Considerando que não consta baixa na Carteira Profissional do contrato junto a essa Empresa. Considerando que o interessado apresenta Declaração expedida pela empresa Tarumã Florestal datada de 04 de dezembro de 2017, na qual informa que o interessado é seu funcionário desde 28.08.2017, exercendo atualmente a função de ANALISTA JUNIOR, cuja função não exige formação profissional como Engenheiro Agrônomo, na área abrangida pelo Sistema CONFEA/CREA, pois suas atividades dentro da empresa são criar e monitorar indicadores financeiros: elaboração de relatórios e apresentações; desenvolvimento e manutenção de modelo econômico-financeiro; desenvolvimento e manutenção do ERP e do sistema de gestão; auxiliar o Controller nas atividades do dia a dia; e auxiliar a equipe da área administrativa. Considerando que a UGI/Piracicaba comunica o interessado que foi indeferida a interrupção do seu registro neste Conselho, por motivos de ter atividades na empresa que exigem formação profissional no processo seletivo, exigindo título profissional de área abrangida pelo sistema CONFEA/CREA. Considerando o recurso apresentado pelo interessado endereçado à Câmara Especializada de Agronomia, no qual o interessado solicita a revisão da decisão tomada sobre o pedido de interrupção de registro, informando que: o motivo do pedido foi a não necessidade de formação na área de Engenharia Agrônômica nem das atribuições técnicas específicas da área para realização das atividades atribuídas ao cargo em que atua: analista Junior, que, ademais, não assinou nem necessita assinar qualquer documento que demande formação na área em questão; que o processo seletivo do qual participou não exigiu formação profissional específica na área da Engenharia Agrônômica, nem título profissional na área abrangida pelo sistema CONFEA/CREA, alegado no Ofício nº 801/2018-UGI/Piracicaba; que trabalha na controladoria, que possui forte relação com as

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

áreas contábil, financeira e administrativa; e que as atividades que realiza, já descritas nos documentos anexados ao processo (elaboração de relatório/análises financeiras/contábeis e apresentações dos mesmos, desenvolvimento/manutenção de modelo econômico financeiro e do sistema de gestão e auxílio à equipe administrativa), não necessitam formação em Engenharia Agrônoma nem registro no sistema CONFEA/CREA. Considerando a consulta ao "Resumo de Profissional" do sistema de dados do CREA-SP, do qual destacamos: que o interessado está registrado no Conselho como Engenheiro Agrônomo, desde 12.07.2017, com atribuições do artigo 5º da Res. 218/73, do CONFEA, sem prejuízo das atribuições previstas no Decreto federal nº 23.196/33; está quite com as obrigações até 2017; não possui responsabilidades técnicas ativas. Considerando a informação da UGI, que o interessado não possui ART sem baixa; não possui processos de Ordem SF e E, pesquisados no SIPRO. Considerando a Descrição do CBO 2512-15 - Economista financeiro. Considerando a Lei Federal nº 5.194/66, em especial os artigos 7º, 46 (alínea "d") e 55. Considerando a Resolução nº 1.007/03, em especial os artigos 30, 31 e 32. Considerando a Declaração da empresa Tarumã Florestal, na qual o interessado trabalha, que a função de Analista Junior anotada em sua CTPS, não exige formação profissional como Engenheiro Agrônomo para exercer suas atividades junto a empresa. Considerando a Carta de Recurso à CEA, na qual o interessado informa, que apesar da alegação da UGI/Piracicaba no indeferimento do pedido de baixa de registro profissional, pelo motivo de ter atividades na empresa, que exige formação profissional no processo seletivo, "O mesmo informa que o processo seletivo do qual participou não exigiu formação profissional específica na área de Engenharia Agrônoma, nem título profissional na área abrangida pelo sistema CONFEA/CREA". Considerando a alegação do interessado que suas funções junto a empresa onde trabalha possui forte relação com as áreas contábil, financeira e administrativa. Considerando a descrição da Classificação Brasileira de Ocupações - CBO 2512-15 Economista financeiro, anotado em seu Contrato de Trabalho em sua Carteira Profissional. Considerando que as atividades desenvolvidas pelo interessado na empresa Tarumã Florestal, não exigem conhecimentos específicos relacionados aos profissionais registrados no Sistema CONFEA/CREAs. Considerando que o processo foi destacado e discutido pela Câmara Especializada de Agronomia. **DECIDIU: Pelo deferimento da solicitação de interrupção de registro junto CREA-SP do profissional Engenheiro Agrônomo Daniel Oyan.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Rogério Teixeira Duarte, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glaucio Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Agr. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agr. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agr. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr.



Fls. Nº _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de setembro de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	557
Decisão CEA/SP nº	271/2018
Referência:	Processo nº SF-607/2018
Interessado(a):	MARCOS DE BEM

EMENTA: Defere a solicitação de interrupção de registro do Engenheiro Agrônomo Marcos de Bem.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 30 de Agosto de 2018, apreciando o processo **SF-607/2018** que trata de solicitação de interrupção do registro, do Engenheiro Agrônomo Marcos de Bem, portador do CREA-SP nº 5061577966. Considerando que o pedido de interrupção de registro foi indeferido pela UGI de Piracicaba, uma vez que foi constatado no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica da empresa pela qual o profissional interessado trabalha: ZOETIS Indústria de Produtos Veterinários LTDA (antigamente denominada PFIZER Saúde Animal), prevê como uma das Atividades Econômicas Secundárias "Serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias". Considerando a cópia da CTPS do interessado, contratado pela empresa ZOETIS Indústria de Produtos Veterinários LTDA, cuja atividade econômica principal é a fabricação de medicamentos para uso veterinário e, dentre as secundárias, fabricação de alimentos para animais, fabricação de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente, na função de Consultor Técnico Pleno, função que ocupa desde 05/05/2014. Considerando a descrição das atividades profissionais esperadas de um Consultor Técnico, segundo documento da própria Empresa. Considerando a solicitação de recurso no qual o profissional destaca que sua empresa não exige formação acadêmica nas áreas agrônômicas ou veterinárias para exercer a função que atualmente exerce, alegando que trabalha efetivamente como vendedor da loja da Empresa. Considerando que o profissional informa ainda que seus colegas no trabalho, que exercem função idêntica à sua (vendedor), não possuem a formação de Engenheiro Agrônomo, bem como alguns têm apenas o 2º Grau completo. Considerando que o profissional esclarece que no desempenho de sua função, deve convencer os veterinários dos clientes sobre a qualidade dos produtos veterinários ZOETIS, como: vermífugos, antibióticos e vacinas. Considerando o Resumo de Profissional no qual verifica-se que ele está registrado no Sistema CREA/CONFEA desde 13/08/2002, com atribuições do artigo 5º, da Resolução 218, de 29 de junho de 1973, do CONFEA, e está em dia com o parcelamento da anuidade de 2017 que não possui responsabilidades técnicas ativas. Considerando que a UGI/Piracicaba informa que o interessado não possui ART sem baixa e não possui processos de ordem SF e E, segundo pesquisa no SIPRO. Considerando que no sistema de dados do CREA-SP não verifica nenhum registro com o CNPJ da empresa ZOETIS Indústria de Produtos Veterinários LTDA. Considerando a Lei 5.194/66, em especial o artigo 7º, 46 (alínea "d") e 55. Considerando a Lei

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

12.514/11, em especial o artigo 9º. Considerando a Resolução nº 218/73, do CONFEA, em especial os artigos 1º e 5º. Considerando a Resolução 1.007/03 do CONFEA, em especial os artigos 30, 31 e 32. Considerando a Instrução nº 2560/13, do Crea-SP, em especial os artigos 3º, 6º e 8º. Considerando que o profissional não ocupa cargo ou emprego para o qual seja exigida formação profissional ou para cujo concurso ou processo seletivo tenha sido exigido título profissional de área abrangida pelo Sistema Confea/Crea. Considerando que a profissional atende a todos os requisitos da Instrução no 2560/13, do CREA-SP. Considerando que a atividade de vendedor para o tipo de produto relatado no presente processo (produtos veterinários) não exige conhecimento técnico específico da formação de engenheiro agrônomo, diferentemente de outros produtos como insumos e defensivos agrícolas, por exemplo. DECIDIU: **Pelo deferimento da solicitação de interrupção de registro do Engenheiro Agrônomo Marcos de Bem, enquanto exercer a atividade atual de Consultor Técnico Pleno em vendas de produtos veterinários na empresa ZOETIS Indústria de Produtos Veterinários LTDA.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Rogério Teixeira Duarte, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Percin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de setembro de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	557
Decisão CEA/SP nº	272/2018
Referência:	Processo nº SF-265/2018
Interessado(a):	ALVARO FREITAS TULHA

EMENTA: Encaminhar o processo à UGI de Registro para solicitar ao denunciado o comprovante dos produtos constantes no contrato (plantas, memoriais e CD), os quais não foram apresentados.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 30 de Agosto de 2018, apreciando o processo **SF-265/2018** que trata de denúncia protocolada pelo Sr. André de Jesus Rosa, contra o Eng. Agrônomo Álvaro Freitas Tulha, CREA no 0685011576, por não cumprir o acordado em contrato de prestação de serviço o qual consta na cláusula sexta “A contratante deverá ter direito integral de uso dos produtos elaborados e entregues”. Considerando o denunciante Sr. André de Jesus Rosa, o Eng. Agrônomo Álvaro Freitas Tulha não disponibilizou a contratante a via digital da planta da propriedade. Considerando que denunciante, apresentou cópia do Contrato Particular de Prestação de Serviço firmado entre ele e a empresa de Álvaro Freitas Tulha – ME (CNPJ 03.717.142/0001-62), em 25 de janeiro de 2009, tendo como objeto social: executar o serviço de regularização junto ao DEPRN do imóvel rural Sítio Laranjeira, com área de 139ha. Considerando o Resumo de Profissional do sistema de dados do CREA-SP, na qual verifica-se que o profissional denunciado, Álvaro Freitas Tulha, está registrado com Engenheiro Agrônomo, desde 02 de setembro de 1992, com atribuições do artigo 5º da Res. 218/73, do CONFEA, sem prejuízo das atribuições previstas no Decreto Federal 23.196/33, estando quite com anuidades até 2018; e está anotado como responsável técnico da empresa 3D Engenharia Ambiental S/C Ltda, como sócio, desde 6 de outubro de 2018. Considerando o Resumo de Empresa, no qual se verifica que a empresa 3D Engenharia Ambiental S/C Ltda Ambiental está registrada desde 6 de outubro de 2018 com a anotação somente do interessado como seu responsável técnico, para atividades exclusivamente na área de Agronomia, tendo como objetivo social “a construção de obras de prevenção e recuperação do meio ambiente, serviços de engenharia e de assessoramento técnico especializado, paisagismo, processamento de dados e atividades de apoio à administração pública. Considerando as cópias da Decisão PL/SP n 128/2016, de 17 de junho de 2016, aprovando a Anotação de Carteira do interessado do Curso de Pós-graduação em Georeferenciamento de Imóveis Rurais, e da respectiva Certidão emitida em 19 de abril de 2016. Considerando que a UGI comunicou ao denunciado e ao denunciante quanto à abertura do presente processo, notificando o primeiro para, no prazo de 10 dias manifestar-se formalmente a respeito da denúncia. Considerando que o interessado se manifesta sobre a denúncia, apresentando nova cópia do Contrato firmado em 30 de janeiro de 2009, com

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

orçamento para Certificação de Imóvel Rural, datado de 04 de julho de 2017. Considerando a Relação de ARTs ativas registradas em nome do denunciado no período de 01/01/2009 a 31/12/2009, não constando nenhuma ART do serviço prestado. Considerando a Ficha cadastral simplificada da JUCESP, relativa à empresa Alvaro Freitas Tulha Mineração (CNPJ 03.717.142/0001-62), que tem como objetivo social “extração de areia, cascalho ou pedregulho e beneficiamento associado e locação de equipamentos” . Considerando a consulta oriunda da JUCESP foi encaminhada à fiscalização da UGI para diligências. Considerando a Lei nº 5.194/66, em especial os artigos 7º, 45 e 46. Considerando a Resolução 1.004/03, do Confea, em especial o artigo 8º. Considerando Instrução nº 2559/13 do CREA-SP, em especial os artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 8º, 9º, 11, 12 e 13. Considerando que o processo apresenta os quesitos básicos para ser acolhida a denúncia, de acordo a Instrução nº 2559/13. Considerando que pela documentação apresentada no processo em análise não é possível saber a veracidade da informação dos interessados, não sendo possível presumir o descumprimento da alínea "b" do artigo 6º da Lei Federal nº 5.194/66. Considerando que o processo foi destacado e discutido pela Câmara Especializada de Agronomia. **DECIDIU: Pelo encaminhamento do processo à UGI de Registro para solicitar ao denunciado o comprovante dos produtos constantes no contrato (plantas, memoriais e CD), os quais não foram apresentados.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Rogério Teixeira Duarte, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de setembro de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA

Reunião Ordinária nº	557
Decisão CEA/SP nº	273/2018
Referência:	Processo nº SF-166/2018
Interessado(a):	D'ACQUA AQUÁRIOS E PEIXES ORNAMENTAIS LTDA - ME

EMENTA: Anula do Auto de Infração n.º 51.973/2018 lavrado em face da empresa D'Acqua Aquarios e Peixes Ornamentais LTDA-ME por infração a disposto no art. 59 da Lei Federal n.º 5.194/66

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 30 de Agosto de 2018, apreciando o processo **SF-166/2018** que trata de autuação da empresa D'Acqua Aquarios e Peixes Ornamentais LTDA-ME por infração a disposto no art. 59 da Lei Federal n.º 5.194/66. Considerando a pesquisa a situação cadastral da empresa interessada, junto ao CREA/SP, constatou que não possuía um Responsável Técnico registrado. Considerando que foi consultado junto ao CRMV e ao CRBio, e a empresa também não possuía registro e nem responsável técnico. Considerando que a empresa interessada foi notificada para registrar e indicar um responsável técnico. Considerando que a empresa solicita um prazo para atender a notificação. Considerando que a empresa informa que está providenciando junto ao Conselho Regional de Medicina Veterinária, o registro e responsável técnico, conforme resolução CFMV n.º 1165, do CRMV. Considerando que a empresa solicita uma nova prorrogação de prazo para registro e indicação do responsável técnico. Considerando que foi lavrado o auto de infração n.º 51973/2018, por infração ao art. 59 da Lei 5.194/66. Considerando que a empresa informa novamente que está providenciando o registro e o responsável técnico. Considerando a cópia do requerimento para registro junto ao CRMV, com o responsável Sr. Lucas Azevedo de Oliveira. Considerando a Lei nº 5.194/66, em especial o artigo 6º, 7º, 8º, 45 e 46. Considerando a Resolução n.º 1008/04 do CONFEA, em especial o artigo 2º, 9º, 10, 11, 15, 16 e 17. Considerando que o Auto de infração não atende os requisitos o artigo 11, paragrafo VI, da Resolução 1008/04 do CONFEA. Considerando que o processo foi destacado e discutido pela Câmara Especializada de Agronomia. **DECIDIU: Pelo anulação do auto de infração n.º 51.973/2018.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Rogério Teixeira Duarte, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci



Fls. Nº _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de setembro de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	557
Decisão CEA/SP nº	274/2018
Referência:	Processo nº SF-242/2014
Interessado(a):	LUIZ GABRIEL DA SILVA NETO

EMENTA: Mantém o Cancelamento do AI nº 362/2014 e arquivar o processo.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 30 de Agosto de 2018, apreciando o processo **SF-242/2014** que trata de solicitação de revisão do presente processo pela Superintendência da SUPFIS. Considerando que o processo estava arquivado e se tratava de autuação do profissional Técnico em Agropecuária Luiz Gabriel da Silva Neto pelo artigo 1º da Lei 6.496/77, uma vez que o mesmo não recolheu a ART de Cargo e Função. Considerando que a CODASP foi notificada pelo CREA SP a apresentar a relação do seus funcionários da área técnica. Considerando que na listagem apresentada consta-se que o profissional interessado Técnico em Agropecuária Luiz Gabriel da Silva Neto não registrou ART referente ao desempenho de Cargo e Função junto à sua empregadora. Considerando que o interessado foi notificado a apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica. Considerando que não atendida a notificação, foi lavrado o Auto de Infração nº 362/2014 por infração ao art. 1º da Lei 6.496/77. Considerando que o interessado informa que recolheu a ART solicitada e, em 05.05.14, protocolou documento emitido pelo Banco do Brasil, datado de 29.04.2014, com os seguintes esclarecimentos fornecidos pela gerente da unidade do Banco do Brasil de São José do Rio Preto: "Informamos que no dia 18/03/2014 a empresa CODASP – CIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SÃO PAULO veio até nossa agência efetuar vários pagamentos no caixa 05 terminal 19969, sendo um deles pagamento de boleto do CREA no valor R\$ 63,64 (sessenta e três reais e sessenta e quatro centavos). Infelizmente nesta data houve falha em nosso sistema ocasionando a não liquidação do título em questão. Tentamos localizar o sacado mas não obtivemos êxito, somente nesta data conseguimos as informações necessárias em virtude da instituição ter-nos procurado. Imediatamente foi efetuado novo pagamento. Solicitamos o entendimento da situação e se possível não aplicação de multas e juros". Considerando que o processo foi encaminhado à CEA para análise e emissão de parecer fundamentado quanto à manutenção ou cancelamento do AI. Considerando a Decisão da Câmara Especializada de Agronomia nº 561/2014, de 16.10.2014, "Em relação ao estudo realizado acima, pelo histórico do processo e pelas leis acima analisadas, entende-se que o profissional em questão deve pagar a multa pelo não recolhimento da ART antes da notificação, de acordo com o art. 1º da Lei nº 6.496/77. E voto pelo cancelamento do processo em função deste pagamento, pois a ART já está recolhida, e a situação já está regularizada." Considerando que em 10.11.2014, o interessado foi comunicado da decisão da CEA que "deliberou pelo cancelamento do Auto de Notificação e Infração em referência e consequente arquivamento do processo". Considerando que em 27.11.2014, o chefe a UGI São José do Rio Preto, determinou o arquivamento do processo. Considerando que em 18.05.2018, o analista de Serviços Administrativos do CREA/SP, sugere que

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

o processo passe por revisão, pois entende que houve inconsistência do auto de infração, uma vez que, em sua análise, o profissional deveria pagar a multa, conforme relato do conselheiro da CEA. (fls 37 a 39): “em nosso entendimento, s.m.j. houve equívoco da UGI São José do Rio Preto ao interpretar a decisão da Câmara Especializada de Agronomia que, a saber, deliberou pelo pagamento da multa pelo não recolhimento da ART antes da notificação, de acordo com o art. 1º da Lei 6496/77, ato que expressa sua manutenção não o seu cancelamento. Da mesma forma vota pelo cancelamento do processo (entenda-se seu encerramento e arquivamento) após o pagamento da multa, devido a irregularidade que motivou sua instauração ter sido sanada quando efetivado o registro do documento na rede bancária”. Ainda completa: “Cumpre-nos destacar que o AI nº 362/2014 está inconsistente, devido a omissão (insanável) da data de verificação da ocorrência”. Considerando que em 21.05.2018, houve despacho decisório da Superintendente da SUPFIS, para revisão do processo. Considerando o art. 1º da Lei 6.496/77. Considerando a defesa apresentada pelo interessado, especificamente o documento fornecido pelo Banco do Brasil. Considerando o parecer do conselheiro da CEA e a sua aprovação através da Decisão CEA nº 561/2014, que entendeu que a situação estava regularizada, e votou pelo cancelamento do AI e arquivamento do processo. Considerando que o Analista de Serviços Administrativos fez uma interpretação equivocada da referida Decisão. Considerando que não é competência do Analista questionar decisões de Conselheiros. Considerando que o processo foi destacado e discutido pela Câmara Especializada de Agronomia. DECIDIU: **Pela manutenção do Cancelamento do AI nº 362/2014 e Arquivamento deste processo.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Rogério Teixeira Duarte, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Agr. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agr. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agr. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de setembro de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile

Creasp nº 5062367008

Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	557
Decisão CEA/SP nº	275/2018
Referência:	Processo nº SF-12/2018
Interessado(a):	WR DESINSETIZADORA LTDA - ME

EMENTA: Mantem o Auto de Infração nº 50.602/2018 lavrado em face da empresa WR Desinsetizadora LTDA – ME por infração a alínea “e” do artigo 6º da Lei 5.194/66.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 30 de Agosto de 2018, apreciando o processo **SF-12/2018** que trata de autuação da empresa WR Desinsetizadora LTDA – ME por infração a alínea “e” do artigo 6º da Lei 5.194/66. Considerando que os presentes autos iniciam com a solicitação de baixa de responsabilidade técnica pelo profissional Eng. Agr. João Vito de Medeiros, CREASP 5062412718 pela empresa interessada. Considerando que a empresa interessada foi notificada, pelo ofício Nº 0185/2017, da baixa da responsabilidade técnica do citado profissional, devendo então apresentar novo profissional como responsável técnico. Considerando a Ficha Cadastral Simplificada da interessada, observa-se que seu objeto social é a “imunização e controle de pragas urbanas”. Considerando o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, junto à Receita Federal, no qual verifica-se que a atividade econômica principal da interessada está classificada no código 81.22-2-00 do CNAE-2.0. Considerando que em 19 de outubro de 2017, a empresa foi novamente notificada, pelo ofício nº 0752/2017-ATA, a apresentar profissional contratado como responsável técnico, com a apresentação da respectiva ART, no prazo de 10 (dez) dias, sendo que o não atendimento implica nas penalidades previstas na Lei Nº 5.194/66 e a aplicação de multa no valor de R\$ 6.463,79 (seis mil, quatrocentos e sessenta e três reais e setenta e nove centavos). Considerando que a interessada não se manifestou. Considerando que foi lavrado o Auto de Infração Nº 50602/2018, por infração a alínea “e”, do Artigo 6º da Lei Federal Nº 5.194/88, uma vez que vem desenvolvendo suas atividades, registradas como seu objeto social, de serviços de imunização, controle de pragas urbanas e desinsetizadora, sem a devida anotação de responsável técnico. Considerando que a interessada não apresentou defesa. Considerando a Resolução Nº 52/09, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, que dispõe sobre o funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas e dá outras providências, em especial os artigos 4º e 8º. Considerando a Lei Federal Nº 5.194/66, em especial os artigos 6º, 59 e 60. Considerando a Lei Nº 6.839/1980, que dispõe sobre o registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões, em especial o artigo 1º. Considerando a Lei Nº 6.496/1977, que institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de Engenharia, de Arquitetura e Agronomia, em especial os artigos 1º, 2º, 3º, 10, 11,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

12 e 20.DECIDIU: **Pela manutenção do Auto de Infração nº 50.602/2018.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Rogério Teixeira Duarte, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de setembro de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	557
Decisão CEA/SP nº	276/2018
Referência:	Processo nº SF-941/2016
Interessado(a):	DEDETIZADORA JUNDIAÍ LTDA - ME

EMENTA: Mantem o Auto de Infração nº 10.481/2016 lavrado em face da empresa Dedetizadora Jundiaí LTDA - ME por infração a alínea “e” do artigo 6º da Lei 5.194/66 .

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 30 de Agosto de 2018, apreciando o processo **SF-941/2016** que trata de autuação da empresa Dedetizadora Jundiaí LTDA - ME por infração a alínea “e” do artigo 6º da Lei 5.194/66. Considerando o Relatório de Fiscalização de Empresa, do qual destacamos que a empresa interessada não possui responsável técnico. Considerando as atividades da interessada são demonstradas: na Ficha Cadastral Simplificada, junto à Junta Comercial do Estado de São Paulo, do qual destaamos o objeto social como “Comércio Varejista de Produtos Saneantes Domissanitários” e “Imunização e Controle de Pragas Urbanas”. Considerando o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, junto à Receita Federal no qual atividade econômica principal identificada é a “Imunização e controle de pragas urbanas”, e atividade econômica secundária a “Atividade de limpeza não especificada anteriormente”. Considerando o Certificado de Execução de Serviço, emitido pela interessada, o qual demonstra que a interessada executou serviços técnicos, com aplicação de produtos químicos em 28 de maio de 2015, à empresa Terra Nova Engenharia e Construções Ltda. Considerando que a interessada está registrada neste Conselho desde 2012, sob registro 664513, e atualmente está sem responsável técnico contratado e com débitos referentes a anuidades desde 2013. Considerando as irregularidades constatadas, foi lavrada a Notificação nº 11320/2015, datada de 16 de novembro de 2015, comunicando à empresa Dedetizadora Jundiaí Ltda – ME para indicar profissional legalmente habilitado para ser anotado como Responsável Técnico, sob pena de aplicação de multa, fixando o prazo de 10 (dez) dias para a regularização da situação. Considerando que a notificação não foi atendida, a UGI de Jundiaí lavrou o Auto de Infração Nº 10481/2016 por infringência da Lei Federal Nº 5.194/66, alínea “e” do Artigo 6º. Considerando a deliberação da Comissão Auxiliar de Fiscalização de Várzea Paulista pela manutenção do Auto de Infração Nº 10.481/2016. Considerando a ausência de defesa por parte da interessada, foram os autos encaminhados à apreciação e manifestação da Câmara Especializada de Agronomia – CEA. Considerando a Resolução Nº 52, de 22 de outubro de 2009, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, que dispõe sobre o funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas e dá outras providências, em especial os artigos 4º e 8º. Considerando a Lei

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Federal Nº 5.194/66, em especial os artigos 6º, 59 e 60. Considerando a Lei Nº 6.839/1980, que dispõe sobre o registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões, em especial o artigo 1º. Considerando a Lei Nº 6.496/1977, que institui a "Anotação de Responsabilidade Técnica" na prestação de serviços de Engenharia, de Arquitetura e Agronomia, em especial os artigos 1º, 2º, 3º, 10, 11, 12 e 20. DECIDIU: **Pela manutenção do Auto de Infração nº 10.481/2016.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Rogério Teixeira Duarte, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Agr. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agr. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agr. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de setembro de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	557
Decisão CEA/SP nº	277/2018
Referência:	Processo nº SF-90/2017
Interessado(a):	CONTROLE MAX - CONTROLE AMBIENTAL DE PRAGAS URBANAS LTDA ME

EMENTA: Mantem o Auto de Infração nº 3546/2017 lavrado em face da empresa Controle Max - Controle Ambiental de Pragas Urbanas LTDA ME por infração a alínea “e” do artigo 6º da Lei 5.194/66 e dá outras providências.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 30 de Agosto de 2018, apreciando o processo **SF-90/2017** que trata de autuação da empresa Controle Max - Controle Ambiental De Pragas Urbanas LTDA ME por infração a alínea “e” do artigo 6º da Lei 5.194/66. Considerando que a empresa que está registrada no CREA-SP, desde 19/03/2014. Considerando o objetivo social da empresa “Comércio varejista de inseticidas, esterilizantes, filtros e purificadores de água, produtos de limpeza em geral, imunização e controle de pragas urbanas, serviços de limpeza em geral em prédios e domicílios”. Considerando que a interessada requer o cancelamento do Registro de Pessoa Jurídica junto a este Conselho e informa que contratou responsável técnico – Médico Veterinário – filiado ao CRMV, por entender que o referido profissional atende melhor as necessidades da empresa em seu ramo de atuação. Considerando que a empresa apresenta a Resolução da ANVISA RDC nº 52/2009, que diz que: as empresas de controle de pragas urbanas e zoonoses, devem obrigatoriamente registrar-se perante o mesmo conselho profissional em que estiver inscrito o seu responsável técnico. Considerando que a empresa teve como Responsável Técnico o Engenheiro Agrônomo Danilo Kazuo Shimamura. Considerando que a empresa apresenta contrato de prestação de Serviços Técnicos, no qual indica como responsável Técnica da empresa a Médica Veterinária Tamara Roversi Leme da Silva. Considerando a cópia de certificado de regularidade de pessoa jurídica no CRMV. Considerando que em 26/01/2016, a UGI de Pirassununga encaminhou o processo à Câmara Especializada de Agronomia para análise. Considerando que pós análise a CEA exarou a Decisão CEA/SP nº 71/2016 “pelo entendimento de que a interessada necessita de manutenção do registro no CREA-SP, bem como pela assunção de Responsável Técnico, Engenheiro Agrônomo ou Engenheiro Florestal no âmbito da Agronomia”. Considerando que a empresa foi oficiada da decisão da CEA e dando-lhe o prazo de 30 (trinta) dias para indicar profissional legalmente habilitado para ser anotado como seu responsável técnico, sob pena de autuação à alínea “e” do Artigo 6º da Lei 5.194/66. Também lhe deu o prazo de 60 (sessenta) dias contados do recebimento deste, para apresentar recurso ao Plenário deste Regional, que dará efeito suspensivo à cobrança da

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

multa, de conformidade com o que lhe faculta a legislação vigente. Considerando que a empresa entrou com Mandato de Segurança. Considerando a cópia da Decisão Judicial, na qual a Juíza Federal Substituta Indeferiu a medida Liminar. Destacando em sua decisão que em função de toda a legislação citada que o Responsável Técnico devidamente habilitado, mencionado no artigo 8º da Resolução RDC-ANVISA nº 52/2009, são os engenheiros relacionados no inciso II do artigo 9º da Decisão Normativa CONFEA nº 67/2000, sendo certo que a relação dos profissionais indicadas na alínea 4.2.1 da revogada Resolução RDC-ANVISA nº 52/2009, não sendo possível à impetrante exercer a opção de escolha de profissional a ser indicado como seu responsável técnico com fundamento em norma já revogada. Considerando que o Ministério Público manifestou-se acatando a Decisão Judicial que indeferiu a liminar requerida pela empresa, consignando que a responsabilidade técnica da referida Pessoa Jurídica deve ficar a cargo dos engenheiros relacionados no inciso II, do art. 2º, da Decisão Normativa nº 67/2000, do CONFEA. Em 13/2016, a empresa foi notificada sobre o indeferimento do Mandato de Segurança, assim como também foi dado um prazo de 30 (trinta) dias para ela indicar profissional legalmente habilitado para ser anotado como seu responsável técnico, sob pena de autuação à alínea “e” do artigo 6º da Lei 5.194/66. Considerando que no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica verifica-se que a empresa continua ativa, sendo descrita com atividade econômica da empresa a Imunização e Controle de Pragas Urbanas e atividades secundárias Comércio Varejista de Produtos Saneantes Domissanitários e Atividades de Limpeza na Especificadas anteriormente. Considerando a consulta atualizada na Ficha Cadastral Simplificada da Jucesp. Considerando que a empresa foi novamente notificada para num prazo de 10 (dez) dias indicar profissional legalmente habilitado para ser anotado como seu Responsável Técnico. Considerando que em 09/02/2017, através do Resumo de Empresa extraído do CREAMET, verifica-se que a empresa está sem Responsável Técnico e em débito da anuidade de 2016. Considerando que foi lavrado Auto de Infração nº 3546/2017 em face da empresa por infração à alínea “e” do artigo 6º da Lei 5.194/66, uma vez que apesar de notificada, continuava desenvolvendo as atividades de execução de detetização, desratização, descupinização, imunização e controle de pragas urbanas, sem a devida anotação de Responsável Técnico, conforme apurado pela fiscalização, em 06/01/2017. Considerando que a empresa não apresentou defesa contra o Auto de Infração nem pagou a multa. Considerando a Lei nº 5.194/66, em especial os artigos 6º alínea “e”, 7º, 8º, 45 e 46. Considerando a Resolução nº 1008/04 do CONFEA, em especial os artigos 2º, 9º, 10, 11, 15, 17, 20. Considerando que em virtude do exposto, da legislação vigente, face às atividades da interessada, da decisão judicial e que a interessada não apresentou defesa, não pagou a multa e não indicou Responsável Técnico legalmente habilitado. DECIDIU: **1) Pela manutenção do Auto de Infração nº 3546/2017 e 2) Em procedimento proprio realizar a cobrança das anuidades em atraso.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Rogério Teixeira Duarte, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José



Fls. Nº _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de setembro de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	557
Decisão CEA/SP nº	278/2018
Referência:	Processo nº SF-680/2017
Interessado(a):	MJR MOGI COMERCIAL DE FRUTAS LTDA

EMENTA: Mantem o Auto de Infração Nº 15734/2017 lavrado em face da empresa MJR Mogi Comercial de Frutas Ltda por infração a alínea “e” do artigo 6º da Lei 5.194/66 .

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 30 de Agosto de 2018, apreciando o processo **SF-680/2017** que trata de autuação da empresa MJR Mogi Comercial de Frutas Ltda por infração a alínea “e” do artigo 6º da Lei 5.194/66. Considerando que a empresa, está devidamente registrada neste conselho cujo objetivo social consta: o plantio e colheita de frutas, com acompanhamento técnico bem como a negociação da mesma no mercado interno ou externo e como atividade secundária a compra e venda de frutas, legumes e verduras em geral, nacionais e estrangeiras; foi notificada de que o profissional Eng. Agr. José Rosa de Souza, indicado como responsável técnico desde 04.09.2012, com contrato de trabalho por tempo determinado vencido em 23.08.2016. Considerando o Resumo da empresa extraído do CREANET, no qual se verifica que a empresa está registrada desde 04/09/2012, está em débitos com anuidades 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018. Considerando o Resumo do profissional extraído do CREANET, verifica que o mesmo está em débitos com anuidades 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018. Considerando que a empresa foi notificada para indicar Responsável Técnico, engenheiro agrônomo. Considerando que foi lavrado o Auto de Infração nº 15734/2017 por infração à alínea “e” do artigo 6º da Lei 5.194/66, uma vez que apesar de notificada, vem desenvolvendo as atividades de plantio e colheita de frutas, sem a devida anotação de responsável técnico. Considerando a ausência de defesa do Auto de Notificação e Infração, e informação de que a multa não foi paga. Considerando que o processo foi encaminhado à Câmara Especializada de Agronomia para análise e emissão de parecer fundamentado, à cerca da procedência ou não do Auto de Infração Número: 15734/2017. Considerando o objeto social da empresa interessada. Considerando que a empresa atua no segmento de plantio e colheita de frutas. Considerando os artigos 6º (alínea “e”), 7º, 8º, 45, 46 (alínea “a”) e 64 da Lei 5.194/66. Considerando a Resolução 1008/04 do CONFEA, em especial os artigos: 2º, 5º, 9º, 10, 11, 15, 16 e 17. Considerando que a interessada não apresentou defesa. Considerando que o Auto de Infração Nº 15734/2017 lavrado por infração à alínea “e” do artigo 6º da Lei 5.194/66, uma vez que apesar de notificada, vem desenvolvendo as atividades de plantio e colheita de frutas e comercialização sem a devida anotação de responsável técnico na área da agronomia. **DECIDIU: Pela manutenção do Auto de Infração Nº 15734/2017.** Coordenou a reunião o



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Rogério Teixeira Duarte, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de setembro de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	557
Decisão CEA/SP nº	279/2018
Referência:	Processo nº SF-1944/2016
Interessado(a):	FERNANDA APOLINÁRIO DAIA

EMENTA: Mantem o Auto de Infração nº 48774/2017, lavrado em face da senhora Fernanda Apolinário Daia por infringir a alínea “a” do Artigo 6º da Lei 5.194/66

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 30 de Agosto de 2018, apreciando o processo **SF-1944/2016** que trata de autuação da senhora Fernanda Apolinário Daia por infração a alínea “a” do artigo 6º da Lei 5.194/66. Considerando que o processo iniciou com a denúncia recebida do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Aracajú – SE para análise quanto o ato praticado pela profissional Fernanda Apolinária Daia. Considerando que a irregularidade apontada foi “Rubrica de forma fraudulenta em Termo de Conformidade de Sementes, utilizando um carimbo em nome da Engenheira Agrônoma Silvana Maria Franco Margatho”. Considerando as Cópias dos termos de Conformidade de Sementes nº 219/2012, nº 220/2012, nº 221/2012 e nº 223/2012, todos referentes à empresa CR Comércio e Produção de Sementes LTDA – ME, localizada em Jardinópolis – SP. Considerando a cópia do Termo de Declarações de Fernanda Apolinário Daia na Delegacia da Polícia Federal de Ribeirão Preto, parcialmente legível. Considerando a cópia do Termo de Declarações de Silvana Maria Franco Margatho na Delegacia da polícia Federal de Ribeirão Preto, parcialmente legível. Considerando a cópia do Termo de Declarações de Cesar Augusto Rocha na Delegacia da polícia Federal de Ribeirão Preto, parcialmente legível. Considerando o Auto de Infração do Ministério da Agricultura e Abastecimento (MAPA), de Aracajú – SE. Considerando a cópia da Decisão da Câmara Especializada de Agronomia (CEA) nº 153/2016, referente ao Ofício nº 120/2016/SIFISV – SE - MAPA, para encaminhamento do assunto à SUPFIS para abertura de processo próprio. Considerando que o agente fiscal do CREA de Ribeirão Preto – SP em diligência ao local de trabalho da denunciada Fernanda Apolinário Daia, informou que a mesma confirmou que “... realmente rubricou o Termo de Conformidade de Sementes em nome da Engenheira Agrônoma Silvana Maria Margatho, em um dia que a mesma não estava na empresa, pois tinham que liberar uma carga de sementes. Que não tinha ciência da responsabilidade decorrente do ato cometido e que não mais realizou o referido procedimento. Que não possui formação na área técnica, possuindo apenas o segundo grau completo. Que a referida Agrônoma não trabalha mais na empresa há três anos e desconhece a existência de outro profissional prestando serviços na empresa. Disse ainda que a Engenheira Agrônoma Silvana comparecia à empresa semanalmente de uma duas vezes e que deixava o carimbo de identificação da mesma. No local verificou-se que a empresa estava com as atividades de beneficiamento e embalagem de sementes paralisadas”. Considerando que o processo foi encaminhado à CEA para análise e manifestação. Considerando que a CEA por meio da Decisão CEA/SP nº 250/2017 Decidiu: 1) autuar a Senhora Fernanda Apolinário Daia, pela prática de exercício ilegal da profissão, por infração à alínea “a”, do artigo 6º da Lei Federal nº 5.194 de 24 de dezembro de 1966; 2) diligenciar “in loco” a empresa para verificar sua situação, inclusive o responsável técnico, e autuá-la em caso de infração a legislação ser constatada, e 3) Autuar a Engenheira Agrônoma Silvana Maria Franco Margatho, por infração ao

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

parágrafo único do artigo 64 da Lei 5.194/66. Considerando que foi lavrado Auto de Infração nº 48.774/2017, em nome de Fernanda Apolinário Daia, por infringir a Lei Federal 5.194/66, alínea “a”, artigo 6º. Considerando a ausência de defesa contra o auto de Infração a UGI de Ribeirão Preto encaminhou este processo à Câmara Especializada de Agronomia para análise e emissão de parecer fundamentado, à revelia do autuado, a cerca da procedência ou não do Auto de Infração 48.774/17, opinando sobre sua manutenção ou cancelamento. Considerando a Lei nº 5.194/66, em especial os artigos 6º, 45 e 67. Considerando a Resolução nº 1008/04 do CONFEA que dispõe sobre os procedimentos para instauração, instrução e julgamento dos processos de infração e aplicação de penalidades, em especial os artigos 2º, 5º, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 20. Considerando a Decisão Normativa nº 74/04 do CONFEA, que dispõe sobre a aplicação de dispositivos da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, relativos a infrações. Considerando a Lei 9.873/99, que estabelece prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal, direta e indireta, e dá outras providências, em especial o artigo 1º. Considerando que o processo foi destacado e discutido pela Câmara Especializada de Agronomia. DECIDIU: **1) Pela manutenção do Auto de Infração nº 48774/2017, lavrado em face da senhora Fernanda Apolinário Daia por infringir a alínea “a” do Artigo 6º da Lei 5.194/66 e 2) Por rever o item 3 da Decisão CEA SP nº 250/2017, face ao equívoco no enquadramento, entretanto decide que o assunto referente a Engenheira Agrônoma Silvana Maria Franco Margatho, está sendo tratado no SF 1156/2018.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Rogério Teixeira Duarte, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Agr. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agr. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agr. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de setembro de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	557
Decisão CEA/SP nº	280/2018
Referência:	Processo nº SF-2205/2017
Interessado(a):	MARICULTURA ITAPEMA - PRODUÇÃO DE ESPÉCIMES MARINHAS LTDA

EMENTA: MANUTENÇÃO AIN - INFRAÇÃO AO ARTIGO 59 DA LEI 5.194/66**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 30 de Agosto de 2018, apreciando o processo **SF-2205/2017** que trata da autuação da empresa Maricultura Itapema – Produção de Espécies Marinha Ltda, por infração ao artigo 59 da Lei Federal nº 5.194/66. Considerando que a interessada não tem registro no Crea. Considerando o Relatório de Empresa nº 09855, elaborado pela fiscalização da UOP/São Sebastião, no qual constam informações sobre a não localização de registro da empresa no Crea-SP. Considerando o comprovante de inscrição e de situação cadastral na Receita Federal. Considerando a ficha cadastral simplificada da JUCESP, na qual consta como objetivo social da empresa “criação de peixes em água salgada e salobra” e informações sobre a empresa obtidas em sua página no Facebook. Considerando que a interessada foi notificada para requerer o seu registro neste Conselho, indicando profissional legalmente habilitado para ser anotado como responsável técnico, sob pena de autuação de acordo com o Art. 59 da Lei 5.194/66. Considerando que a empresa não atendeu a notificação e foi autuada por meio do Auto de Infração nº 48.057/2017. Considerando que em data anterior à lavratura do Auto, foi protocolada na UOP de São Sebastião, sob nº 148.481, carta do Sr. João Carlos de Azevedo Mazella Jr, solicitando prazo para apresentação da documentação solicitada na notificação em 30 dias. Considerando que o Sr. João Carlos de Azevedo Mazella Jr, signatário, qualificou-se como sócio e engenheiro responsável pela interessada. Considerando que não houve pagamento do Auto o processo encaminhado para a CEA, para análise e emissão de parecer acerca da procedência ou não do Auto. Considerando que não foi localizado o registro da empresa e que o profissional João Carlos Azevedo Manzella Junior possui registro ativo no SIC/Confea, como Engenheiro de Pesca, com registro originário do Crea/PE e não possui visto em qualquer outro Crea, com endereço anotado no Recife, PE. Considerando a Lei 5.194/66, em especial os artigos 7º, 8º, 45, 46 e 59. Considerando a Resolução nº 336/89, em especial os artigos 1º e 4º. Considerando a DECISÃO NORMATIVA Nº 74/04, em especial o artigo 1º. Considerando a RESOLUÇÃO Nº 1.008/04, do Confea, em especial o artigo 20. Considerando que dentro do prazo solicitado pela empresa interessada não foi feito seu registro junto ao Crea-SP, nem tampouco indicação de profissional habilitado como responsável técnico pela produção de peixes em água salgada e salobra. Considerando que mesmo o Sr. João Carlos de Azevedo Manzella Junior, sócio da empresa, ser Engenheiro de Pesca, ele não possui visto registrado

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

em São Paulo para atuar como responsável técnico pela empresa neste estado. Considerando o Capital social da empresa. Considerando que o processo foi destacado e discutido pela Câmara Especializada de Agronomia. DECIDIU: **Pela manutenção do Auto de Infração Nº 48057/2017 lavrado em face da empresa Maricultura Itapema – Produção de Espécies Marinha Ltda, por infração ao artigo 59 da Lei Federal nº 5.194/66.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Rogério Teixeira Duarte, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Agr. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de setembro de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	557
Decisão CEA/SP nº	281/2018
Referência:	Processo nº SF-596/2017
Interessado(a):	VG SERVIÇOS AGRÍCOLAS LTDA ME

EMENTA: Mantem o Auto de Infração nº 17498/2017 lavrado em face da empresa VG Serviços Agrícolas Ltda - ME, por infração ao artigo 59 da Lei 5.194/66.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 30 de Agosto de 2018, apreciando o processo **SF-596/2017** que trata de autuação da empresa VG Serviços Agrícolas Ltda - ME, por infração ao artigo 59 da lei 5.194/66. Considerando que o Relatório de Fiscalização de Empresa, do qual destacamos: que o Objeto Social: Serviços de preparação de terreno, cultivo e colheita; Serviços de pulverização e controle de pragas agrícolas; Aluguel de máquinas sem operador; Transporte Rodoviário de cargas, exceto produtos perigosos e mudanças intermunicipais, interestaduais e internacionais; - Presta serviço para usinas de açúcar e álcool no preparo do terreno, cultivo e colheita, e; - Quando presta serviço de pulverização e controle de pragas recebe assistência das lojas onde adquire os defensivos. Cópia do Cadastro nacional de pessoa Jurídica no qual se verifica que a atividade principal da empresa é: Serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita e as atividades secundárias são: Serviço de pulverização e controle de pragas agrícolas; Aluguel de máquinas sem operador; Transporte Rodoviário de cargas, exceto produtos perigosos e mudanças intermunicipais, interestaduais e internacionais, e Transporte de Cargas exceto produtos perigosos e mudanças municipais. Considerando a informação extraída do SINTEGRA/ICMS. Considerando a cópia da Ficha cadastral completa da JUCESP. Considerando que a empresa foi notificada para requerer o registro no CREA -SP e indicar profissional legalmente habilitado para ser anotado como Responsável Técnico. Considerando o Auto de Infração nº 17498/2017 lavrado em 29/05/2017, por infração ao artigo 59 da Lei 5.194/66, uma vez que sem possuir registro no CREA - SP, apesar de notificada, e constituída para realizar atividades privativas de profissionais fiscalizados pelo sistema CONFEA/CREA, vem desenvolvendo as atividades de Execução de preparação de terreno, cultivo e colheita, serviços de pulverização e controle de pragas agrícolas, conforme apurado em 02/02/2017. Considerando que a empresa interessada não se registrou ou pagou a multa imposta. Considerando que não há informação quanto a apresentação de defesa. Considerando que o processo foi encaminhado à CEA para análise e emissão de parecer fundamentado, à revelia do autuado, acerca da procedência ou não do aludido auto, opinando sobre a sua manutenção ou cancelamento. Considerando a Lei Federal nº 5.194/66, em especial os artigos 7º, 8º, 46 (alínea "a") e 59. Considerando a Resolução Confea nº 336/89, do Confea, em especial o artigo 3º. Considerando a Resolução Confea nº

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

1.008/04, em especial os artigos 2º, 5º, 9º, 10, 11, 15, 16, 17 e 20. Considerando que a empresa VG Serviços Agrícolas LTDA - ME, vem executando serviços e atividades privativas de profissionais fiscalizados pelo sistema CONFEA/CREA, como Execução de preparação de terreno, cultivo e colheita, serviços de pulverização e controle de pragas agrícolas; Considerando que toda pessoa jurídica que executa serviços ou atividades que exijam o acompanhamento de profissionais legalmente habilitados e fiscalizados pelo Sistema CONFEA/CREA, são obrigadas a ter registro nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, conforme artigo 3º da Resolução Confea nº 336/89, do Confea. Considerando que a empresa em questão foi notificada para requerer o registro no CREA-SP e indicar profissional legalmente habilitado para ser anotado como Responsável Técnico; Considerando que a empresa não efetuou o registro, não apresentou defesa, e não pagou a multa lavrada. Considerando a obrigatoriedade do registro da empresa VG Serviços Agrícolas Ltda – ME junto ao CREA-SP, com a indicação de profissional habilitado para ser anotado como Responsável Técnico. DECIDIU: **Pela manutenção do AI nº 17498/2017 lavrado em face da empresa VG Serviços Agrícolas Ltda - ME, por infração ao artigo 59 da Lei 5.194/66.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Rogério Teixeira Duarte, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Agr. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agr. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agr. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de setembro de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	557
Decisão CEA/SP nº	282/2018
Referência:	Processo nº SF-417/2017
Interessado(a):	VIGRAN ALIMENTOS LTDA

EMENTA: MANUTENÇÃO AIN - INFRAÇÃO AO ARTIGO 59 DA LEI 5.194/66**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 30 de Agosto de 2018, apreciando o processo **SF-417/2017** que trata de autuação da empresa Vigran Alimentos Ltda., por infração ao artigo 59 da Lei 5.194/66. Considerando o Relatório de Visita à empresa do qual destaca-se a informação de que o objeto social da empresa é o beneficiamento de café, torrefação e moagem de café. Considerando que o sócio Sr. José Vicente Parada declarou que compra o produto, beneficia, torra e empacota; que produz aproximadamente 3 toneladas mensais, que não possui funcionário e que quando necessita de algum laudo contrata profissional de Marília, mas não soube informar quem é. Considerando a Ficha cadastral completa da Junta Comercial do Estado de São Paulo. Considerando que em 30/08/16, foi expedida a notificação nº 27467/2016 à empresa interessada, para requerer registro no CREA-SP e indicar profissional legalmente habilitado para ser anotado como Responsável Técnico. Considerando que a empresa solicitou prorrogação de prazo para agendar uma visita de um agrônomo para sanar o problema. Considerando que em 16/01/17 foi expedida uma nova notificação, de nº 1557/2017, à empresa interessada, notificando-a para requerer registro no CREA-SP e indicar profissional legalmente habilitado para ser anotado como Responsável Técnico. Considerando que em 17/03/2017, a empresa interessada foi autuada por infração ao artigo 59 da Lei 5.194/66, através do Auto de Infração Nº 6586/2017, com multa no valor de R\$ 2.154,60. Considerando que em 31/03/2017 a empresa apresenta defesa do auto de infração, da qual são destacados: - a citação de um agravo de instrumento que trata o assunto "empresa de armazenagem, guarda, conservação e beneficiamento de mercadorias e venda de café"; - "No caso dos autos, verifica-se que a atividade das empresas agravadas é a armazenagem, guarda, conservação e beneficiamento de mercadorias e venda de café, e da leitura dos artigos 59 e 60 da Lei 5.194/66, chega-se a conclusão de que as agravadas não se organizam para executar obras e serviços próprios da profissão de engenheiro, agrônomo ou arquiteto, ou que tenham alguma seção ligada ao exercício profissional da engenharia, arquitetura ou agronomia para fins de inscrição no respectivo Conselho." Considerando a defesa também destaca-se: "Desta feita, a atividade básica das indústrias de Torrefação não pode ser considerada dentro dos limites de atuação do CREA. Mesmo assim este Conselho passa, de forma ilegítima, com aplicações de multas e execuções, a exigir o registro de empresas, enquadradas no rol das registráveis, cuja atividade é manifestamente secundária, acessória ou de apoio, sem a necessária caracterização de serviços prestados a terceiros." Considerando que a CAF recomenda a manutenção do Auto de Infração nº 6586/2017. Considerando que o processo é encaminhado para a CEA para emitir parecer fundamentado,

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

acerca da procedência ou não do aludido Auto, opinando sobre a sua manutenção ou cancelamento de conformidade com o disposto nos artigos 15 e 16 da Resolução 1008/04 do Confea. Considerando a Lei 5.194/66, em especial os artigos 7º, 8º, 46 (alínea "a") e 59. Considerando a Resolução Nº 1.008/04 do CONFEA, em especial os artigos 2º, 5º, 10, 11, 15, 16, 17 e 20. Considerando o objeto social da empresa interessada Vigran Alimentos LTDA especificamente "Beneficiamento de Café, Torrefação e Moagem de Café" registrada em sua Ficha Cadastral Completa da Junta Comercial do Estado de São Paulo em 26/09/2003; Considerando o Relatório de Fiscalização da empresa, que informa que o sócio José Vicente Parada declarou que "compra, beneficia, torra e empacota". Considerando que a empresa interessada está sem responsável técnico na área da agronomia e sem registro no Sistema CREA/CONFEA. Considerando a Resolução nº 218/73, do CONFEA, em seu Art. 5º, onde se constata que, entre as competências exclusivas de Engenheiros Agrônomos, relaciona-se explicitamente o "beneficiamento e conservação dos produtos animais e vegetais". Considerando que, apesar da empresa interessada ter protocolado recurso alegando que "a atividade básica das Indústrias de Torrefação não pode ser considerada dentro dos limites de atuação do CREA", a mesma não menciona dispositivo legal em suas alegações, que seja reconhecido pelo Sistema CREA/CONFEA e que desconsidere o Art. 5º da Resolução nº 218/73, do CONFEA, ou parte dele. Considerando o Auto de Infração Nº 6586/2017, lavrado por infração ao artigo 59 da Lei 5.194/66, mesmo após a empresa interessada ser notificada por duas vezes pelo CREA-SP a prestar esclarecimentos quanto ao exercício ilegal de atividades afetas à fiscalização do Sistema CREA/CONFEA. Considerando a recomendação, pela CAF da UOP LINS-SP, de manutenção do ANI contra o interessado. DECIDIU: **Pela manutenção do Auto de Infração Nº 6586/2017 lavrado em face da empresa Vigran Alimentos Ltda., por infração ao artigo 59 da Lei 5.194/66.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Rogério Teixeira Duarte, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de setembro de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA

Reunião Ordinária nº	557
Decisão CEA/SP nº	283/2018
Referência:	Processo nº SF-502/2018
Interessado(a):	FRIUNA ALIMENTOS LTDA

EMENTA: Mantem o Auto de Infração n.º 56.500/2018 lavrado em face da empresa Friuna Alimentos Ltda, por infração ao disposto no art. 59 da Lei Federal n.º 5.194/66 e dá outras providências.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 30 de Agosto de 2018, apreciando o processo **SF-502/2018** que trata de autuação da Empresa Friuna Alimentos Ltda, por infração ao disposto no art. 59 da Lei Federal n.º 5.194/66. Considerando o comprovante de inscrição e situação cadastral da empresa. Considerando o objetivo social: participação em outras empresas na qualidade de quotista e administração de bens próprios; e frigorífico abate industrialização e comercialização de suínos, bovinos e pequenos animais; e comércio atacadista, importação e exportação de carnes bovinas, suínos e derivados. Considerando que a empresa foi notificada para requerer o seu registro no CREA/SP, indicando o responsável técnico legalmente habilitado. Considerando que após o prazo findado, a empresa não atendeu a solicitação, e foi lavrado auto de infração n.º 56.500/2018, por infração ao art. 59 da Lei Federal n.º 5.194/66. Considerando que a interessada não apresentou defesa contra o auto de infração lavrado, no prazo legal, e foi verificado que a autuada efetuou o pagamento da multa imposta, e não regularizou a situação até a presente data. Considerando a Lei n.º 5.194/66, em especial os artigos, 6º, 7º, 45, 46, 59 e 60. Considerando a Resolução n.º 1008/04 do CONFEA, em especial os artigos 2º, 5º, 10, 11, 15, 16, 17 e 20. Considerando que o processo foi destacado e discutido pela Câmara Especializada de Agronomia. DECIDIU: **1) Pela manutenção do Auto de Infração n.º 56.500/2018 lavrado em face da empresa Friuna Alimentos Ltda, por infração ao disposto no art. 59 da Lei Federal n.º 5.194/66 e 2) por diligenciar na empresa Friuna Alimentos Ltda para verificar se a situação foi regularizada.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Rogério Teixeira Duarte, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Agr. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça,



Fls. Nº _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de setembro de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia